



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Isadora Silva de São Pedro

O impacto da falta de moradia digna na primeira infância educacional: uma análise das condições de vida dentro das Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 2023

Isadora Silva de São Pedro

A falta de moradia digna na primeira infância educacional: uma análise das condições das CRECHES nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito Federal.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza
Orientador - Departamento de Serviço Social SER/UnB

Prof.a M.a Patrícia Cristina da Silva Pinheiro

Profa. Ms. Maria Luiza Pinho Pereira
Suplente- Externo
Aprovada em

BRASÍLIA, 2023

Esse trabalho é dedicado a Pedro Jorge, meu filho, por quem luto todos os dias por um mundo melhor e mais digno. E a todas as mães, que têm que tomar a difícil decisão de deixar seus filhos aos cuidados de terceiros, para poderem trabalhar e ajudar no sustento dos lares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, ao universo, ao poder maravilhoso da criação que me fez estar aqui escrevendo essa monografia. Agradeço ao meu pai, Josias, por ter me criado e lutado tanto, com muito pouco tempo para me educar, porém sempre me incentivando e cobrando o meu melhor sempre e em tudo. Gratidão pai, hoje e sempre.

Agradeço ao meu esposo Leonardo, por fazer parte da minha vida e está me apoiando sempre e incentivando, por me fortalecer nos momentos de desânimo e por abraçar minhas escolhas e objetivos.

. Agradeço a minha tia Elizangela, primas Jhiulie e Julia, que me apoiaram e incentivaram nos estudos desde sempre.

Gratidão Prof^o Perci nessa trajetória desde as disciplinas, ao Projeto Vida e Água e a orientação do TCC, por ter tido a paciência em me orientar mesmo com várias interrupções do meu bebê. Agradeço aos professores do departamento de Serviço Social, aos servidores. Agradeço todas e todos do Projeto Vida e Água para ARIS em especial à Prof^o Maria Luiza, entre vários outros que contribuíram para esse trabalho. Esse TCC também é fruto de uma construção coletiva.

RESUMO

Compreende-se que a educação é um bem que transpassa a questão da economia e do bem-estar da sociedade, pois esta repercute na capacitação plena das pessoas como seres sociais que reconhecem os seus valores e as suas posições, assim, neste cenário, usufruem da cultura que circunda a sua sociedade. Ao longo dos conteúdos apresentados busca-se responder a seguinte problemática: De que forma a falta de moradia DIGNA impacta na primeira infância das crianças moradoras da Aris? Pode-se considerar que um dos principais pilares para que ocorram problemas quanto à falta de moradia, assim como outras questões sociais, está alinhado à desigualdade social. O presente trabalho tem por objetivo geral evidenciar como a falta de moradia pode impactar na primeira infância das crianças moradoras das Aris, quanto aos objetivos específicos, os mesmos são: descrever as principais bases teóricas para o processo de moradia; apresentar como a falta de moradia impacta no desenvolvimento da primeira infância; avaliar como a falta de moradia se relaciona com um baixo rendimento das crianças. A pesquisa apresentada justifica-se como uma forma de consolidar de que forma as questões externas podem impactar na primeira infância. Ao longo dos conteúdos ainda se verifica como alguns aspectos sociais podem impactar de forma considerável a vida ou o desenvolvimento das crianças, como é o caso da falta de moradia. No processo metodológico realizou-se uma pesquisa exploratória, destacando alguns dos principais conceitos e análises de autores renomados no campo educacional sobre a relação da falta de moradia com o desempenho das crianças em suas atividades escolares. Tendo por base obras publicadas ao longo dos últimos onze anos, sendo esses artigos, livros e teses, dentro da temática apresentada. Estudantes sem moradia têm menos probabilidade de se formar no ensino médio do que estudantes com moradias seguras. No entanto, as estimativas da magnitude da disparidade diferem muito, dependendo de várias definições comumente usadas de quais alunos “contam” como sem-teto. Pode-se observar diante dos conteúdos apresentados que projetar o processo de urbanização passa ser um recurso importante para o desenvolvimento escolar, assim como para conceder às crianças uma oportunidade de obter boa qualidade de vida, incluindo uma moradia favorável às suas necessidades.

Palavras-chaves: Moradia. Infância. ARIS. Educação.

ABSTRACT

It is understood that education is a good that goes beyond the issue of the economy and the well-being of society, because this has repercussions on the full empowerment of people as social beings who recognize their values and their positions, so, in this scenario, they enjoy the culture that surrounds their society. Throughout the contents presented we seek to answer the following problem: How does homelessness impact on the early childhood of children living in Aris? It can be considered that one of the main pillars for problems regarding homelessness, as well as other social issues, is aligned with social inequality. The general objective of this study is to show how homelessness can impact on the early childhood of children living in the Aris, as for the specific objectives, which are: to describe the main bases for the housing process; to present how homelessness impacts on early childhood development; to evaluate how homelessness is related to a low income of children. The research presented is justified as a way to consolidate how external issues can impact early childhood. Throughout the contents it is still verified how some social aspects can considerably impact the life or development of children, as is the case of homelessness. In the methodological process, an exploratory research was carried out, highlighting some of the main concepts and analyses of renowned authors in the educational field on the relationship of homelessness with the performance of children in their school activities. Based on works published over the last 11 years, being these articles, books and theses, within the theme presented. Homeless students are less likely to graduate from high school than students with safe housing. However, estimates of the magnitude of the disparity differ greatly, depending on various commonly used definitions of which students "count" as homeless. It can be observed from the contents presented that designing the urbanization process becomes an important resource for school development, as well as to grant children an opportunity to obtain a good quality of life, including housing favorable to their needs.

Keywords: Residence. Childhood. ARIS. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Projeto das Residências.....	37
Figura 2 -Planta da localização e distribuição das residências.....	38
Figura 3 - Apresentação de como ficará o conjunto habitacional.....	38
Figura 3.1 - Projeção de como ficará a região com projeto de habitação.....	39
Figura 4- Mapeamento da região onde serão desenvolvidas as residências.....	40
Figura 5 - Mapeamento da região onde será inserida às residências.....	40
Figura 6 - Descrição da localização geográfica onde o projeto será realizado.....	41
Figura 7 - Visualização da evolução habitacional da região.....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARIS - Áreas de Regularização de Interesse Social.

BNH - Banco Nacional da Habitação

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

COPEI-Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate ao Covid.

CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DF - Distrito Federal

GDF - Governo do Distrito Federal.

IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada

IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ITBI- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal.

PNH- Política Nacional de Habitação

RA - Região Administrativa.

SEDUH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

SFH- Sistema Financeiro de Habitação

TCC- Trabalho de conclusão de curso

UNB- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1- Questão Urbana e segregação social: o debate do clássico ao contemporâneo	12
1.1 Questão Urbana na gênese do capital na crítica da economia política	12
1.2 Crítica à visão conservadora das cidades	15
1.3 Debates da Questão urbana e segregação socioespacial à partir da crítica urbana.....	18
1.4 Discussão sobre a Política Urbana crítica de Ermínia Maricato	22
Capítulo 2- Impactos da falta de moradia no desenvolvimento escolar das crianças ...	24
2.1 Educação Infantil	28
2.2 Desigualdade Social	30
2.3 Serviço Social na Educação	32
Capítulo 3- PROJETO VIDA E ÁGUA PARA AS ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (ARIS).....	39
3.1 Descrição do Projeto.....	44
3.2 Roda de conversa.....	45
3.3 Prints da segunda reunião	57
3.4 Síntese da análise dos diálogos	58
3.4.1 Análise como pesquisadora.....	58
4 Considerações Finais	60
Referências	62

Introdução

Compreende-se que a educação é um bem que transpassa a questão da economia e do bem-estar da sociedade, pois esta repercute na capacitação plena das pessoas como seres sociais que reconhecem os seus valores e as suas posições, assim, neste cenário, usufruem da cultura que circunda a sua sociedade. Desta forma, a educação é imprescindível para o verdadeiro desenvolvimento social (CUNHA, 2012). O investir em educação não se exaure na legislação, inclusive, também se desaprova apenas dizer que tem que haver políticas públicas, pois se estas não tiverem meios e condições para prestarem um serviço de qualidade, isto é, se não forem eficazes, não bastam.

Pesquisadores e formuladores de políticas levantam a hipótese de que a moradia pode ser uma plataforma para o desempenho acadêmico entre estudantes de baixa renda – ou seja, moradias acessíveis e de alta qualidade, localizadas em bairros seguros, podem ir além do fornecimento básico de abrigo e estabilidade e podem ajudar a proporcionar um ambiente estável onde as crianças acessam escolas de alto desempenho, aprendem e têm sucesso acadêmico (VENOSA, 2019). A maioria das evidências empíricas até o momento, no entanto, concentra-se na ausência de moradias acessíveis e de alta qualidade e suas consequências para as crianças. Há uma escassez de pesquisas sobre como a moradia pode ser um caminho positivo para alcançar melhores resultados escolares. Além disso, as limitações metodológicas afligem a pesquisa sobre os efeitos negativos e positivos da moradia e dos resultados escolares, dificultando a obtenção de resultados conclusivos.

Venosa (2019) aborda sobre o papel da moradia no desenvolvimento infantil, incluindo saúde física, resultados sociais, emocionais e comportamentais; e escolarização, realização e realização econômica. Nós nos concentramos em seis características da habitação que são centrais para a política habitacional e geralmente receberam a maior atenção da pesquisa: (1) qualidade física da habitação; (2) aglomeração; (3) mobilidade residencial; (4) casa própria; (5) habitação subsidiada; e (6) inacessibilidade.

Ao longo dos conteúdos apresentados busca-se responder a seguinte problemática: De que forma a falta de moradia impacta na primeira infância das crianças moradoras da Aris? Pode-se considerar que um dos principais pilares para que ocorram problemas quanto à falta de moradia, assim como outras questões sociais, está alinhado à desigualdade social.

A existência da desigualdade depende da diferença socialmente reconhecida. A diferença pode muitas vezes ser simplesmente uma base para desigualdades socialmente impostas, como no caso de etnia e gênero, ou pode ser uma causa real de desigualdade, como nas diferenças de saúde. Nove importantes bases inter-relacionadas da desigualdade são consideradas. A igualdade não requer desigualdade zero em todos os aspectos, mas apenas um equilíbrio de desigualdades. No entanto, a complexidade significa que é difícil definir ou reconhecer a igualdade total (SILVA, 2014).

O trabalho tem por objetivo geral evidenciar como a falta de moradia pode impactar na primeira infância das crianças moradoras das ARIS, quanto aos objetivos específicos, os mesmos são: descrever as principais bases para o processo de moradia; apresentar como a falta de moradia impacta no desenvolvimento da primeira infância; avaliar como a falta de moradia se relaciona com um baixo rendimento das crianças.

A pesquisa apresentada justifica-se como uma forma de consolidar de que forma as questões externas podem impactar na primeira infância. Ao longo dos conteúdos ainda se verifica como alguns aspectos sociais podem impactar de forma considerável a vida ou o desenvolvimento das crianças, como é o caso da falta de moradia.

Educação é para todos e, a escola é um lugar apropriado para qualquer educando desenvolver suas habilidades e superar seus limites, é um rico espaço que possibilita o aprendizado mediante a interação é do interesse, o educando é o principal interlocutor do seu aprendizado, pois a escola deve educar para a socialização e para o convívio, o sentido de assimilar e de instruir nos traz uma série de consequências com as quais algumas estamos preparadas outras não (CARVALHO, 2020).

É nessa definição no qual se vê a educação inclusiva, uns especialistas capacitados outros não e isso tudo acaba criando uma apreensão em como lidar com determinado assunto, a educação inclusiva tem que proporcionar meios e formações aos especialistas, no que se refere aos objetivos propostos e a expansão aconteçam de forma natural.

No processo metodológico realizou-se uma pesquisa exploratória, destacando alguns dos principais conceitos e análises de autores renomados no campo educacional sobre a relação da falta de moradia com o desempenho das crianças em suas atividades escolares. Tendo por base obras publicadas ao longo dos últimos onze anos, sendo esses artigos, livros e teses, dentro da temática apresentada.

Capítulo 1- Questão Urbana e segregação social: o debate do clássico ao contemporâneo

1.1 Questão Urbana na gênese do capital na crítica da economia política

A população mundial cresceu de 1 bilhão de pessoas em 1804 para 7,8 bilhões de pessoas em 2020. Prevê-se que até 2050 a população mundial aumentará para 9,8 bilhões, um aumento de 2 bilhões de pessoas em relação a 2020, de acordo com a Nações Unidas (2014). Relatório. O tempo necessário para um aumento de 1 bilhão de pessoas será rapidamente reduzido. Além disso, de acordo com este relatório, mais da metade da população mundial já reside nas cidades. Mostra também que existem atualmente cerca de 3 bilhões de pessoas nas áreas rurais, e esse número deve permanecer o mesmo em 2050.

A comunidade de pesquisa em todo o mundo investiga a mobilidade urbana de vários ângulos na tentativa de encontrar novas ferramentas inovadoras, ideias emergentes e abordagens. Eles também visam obter uma visão sobre os principais aspectos e elementos que afetam a mobilidade e o trânsito em áreas urbanas.

O objetivo final de todos esses esforços é facilitar a mobilidade dos passageiros e o transporte público, descongestionar as redes rodoviárias, reduzir os acidentes e, finalmente, criar um sistema de transporte urbano sustentável e ecologicamente correto. Soluções mais práticas desenvolvidas para resolver este problema, que já estão operando em diferentes formas e cidades, são os serviços de informação, sistemas avançados de transporte público e centros de mobilidade (GONDIM, 2016).

O transporte influencia muito a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades. Acima de tudo, as áreas urbanas são confrontadas com poluição do ar relacionada ao transporte, ruído, congestionamento, ocupação do espaço público pelo tráfego e aumento das taxas de morbidade e mortalidade causadas por acidentes de trânsito e poluição. Além disso, o uso de combustíveis fósseis em motores de combustão interna estende os efeitos prejudiciais do transporte urbano muito além dos limites da cidade, contribuindo para a mudança climática global; os níveis de emissão estão crescendo rapidamente e foi projetada para dobrar globalmente até 2050. Esses efeitos negativos do transporte têm um impacto desigual na sociedade, e os acidentes e a poluição do ar afetam particularmente os grupos mais desfavorecidos.

Para muitas cidades, o transporte tradicional compreende uma porcentagem considerável do total de emissão de carbono. Também contribui para a poluição do ar, piora da saúde e ineficiência de recursos na forma de preços mais altos do petróleo, engarrafamento, etc. Frequentemente, os formuladores de políticas municipais não levam em consideração os impactos das mudanças climáticas e desastres naturais ou consideram opções e redes alternativas de transporte. Não tem que ser assim. As cidades podem continuar a se desenvolver e crescer, atraindo indústria, trabalhadores altamente qualificados, turistas com projetos urbanos sustentável e mobilidade.

Com a caminhada, a bicicleta, o transporte público ecológico e o uso de veículos compartilhados assumindo a liderança, e com o suporte das TIC, as cidades podem se tornar menos dependentes do transporte tradicional e pessoal. Em vez disso, os legisladores da cidade podem ter como objetivo aumentar a acessibilidade e conveniência para seus residentes e visitantes, incluindo mobilidade rápida e segura e tempos de emergência. Isso pode ser feito com um bom projeto urbano, mudança de comportamento, tecnologia avançada, políticas de apoio, incentivos econômicos e envolvimento e liderança da cidade (CARVALHO, 2021).

A mobilidade sustentável em áreas urbanas é essencial para o bom funcionamento da economia local e nacional. Congestionamentos, acidentes, atrasos, poluição do ar e ruído, bem como danos à infraestrutura são alguns dos principais impactos adversos associados à mobilidade urbana. O tráfego urbano é responsável por 40% das emissões de CO₂ e 70% das emissões de outros poluentes decorrentes do transporte rodoviário (BRASIL, 2004). Além disso, o número de acidentes de viação nas vilas e cidades também aumenta todos os anos, um em cada três acidentes mortais acontecem nas áreas urbanas, sendo as pessoas mais vulneráveis, nomeadamente peões e ciclistas, as principais vítimas.

Ao longo de suas pesquisas Costa e Macedo (2017) contribuíram para o entendimento mais claro de até que ponto a estrutura espacial e o planejamento do ambiente residencial podem explicar a mobilidade, em geral, e a escolha do modo de transporte, em particular, e qual planejamento e aspectos de gerenciamento de tráfego desempenham um papel significativo nisso. Sua pesquisa demonstrou que a mobilidade e a escolha dos modos de transporte estão diretamente relacionadas às características do ambiente espacial. De acordo com as suas conclusões, o “impacto das características decorrente do ambiente residencial é considerável a 20%, embora este efeito relativo difere consoante o modo de transporte, de cerca de 10% para viagens de carro a 40% para viagens a pé” (PLUME, 2013).

Nijikanp e Tappeser (2020) examinaram o conceito e a implementação de transporte urbano sustentável. De acordo com essa pesquisa, para ter sucesso, "a política de transporte sustentável deve evitar a armadilha da política comum de transporte de ignorar os sistemas maiores nos quais a atividade de transporte está inserida"; A inovação é um contribuidor chave para alcançar um transporte sustentável. Os autores reconheceram quatro áreas emergentes de inovação: nova mobilidade, logística da cidade, gerenciamento de sistemas inteligentes e habitabilidade.

Unchs (2014) aplicou o tema do desenvolvimento sustentável ao caso do transporte urbano e da mobilidade diária dos habitantes de uma cidade para verificar a viabilidade e a utilidade de elaborar tais indicadores de mobilidade sustentável. Os autores propõem um conjunto de indicadores que, simultaneamente, levam em consideração as três dimensões da sustentabilidade: ambiente, economia e social.

A mobilidade sustentável como um fenômeno complexo é bastante difícil de operacionalizar: é por isso que os pesquisadores de transporte geralmente se concentram em problemas ambientais e sociais e suas possíveis soluções usando várias estratégias. Unchs (2014) identificou quatro linhas de trânsito rumo à sustentabilidade que requerem ações: redução na necessidade de viagens (menos viagens), incentivo à mudança modal, redução da duração das viagens graças ao layout espacial das cidades, o que reduz a necessidade de viagem dos seus habitantes e incentivo a uma maior eficiência energética no sistema de transportes.

Em relação às ferramentas e estratégias de mobilidade sustentável, apoio ao transporte público e não motorizado, integração do uso do solo e planejamento do transporte, a construção de cidades a curtas distâncias, inovações tecnológicas e discussões e participação cidadã estão entre os principais. O comportamento proativo dos usuários do modo de transporte é essencial, partindo de uma mudança no comportamento de viagens, não apenas em melhorias técnicas e organizacionais.

As cidades podem ser consideradas como um epítome de sistemas complexos: agentes individuais e institucionais interagem em múltiplos níveis de numerosas redes (físicas e virtuais), levando a comportamentos coletivos não triviais e padrões em muitas escalas. Dentre as intrincadas questões que têm emergido no estudo dos sistemas urbanos, destaca-se a as dissimilaridades socioespaciais, que vêm despertando interesse há décadas e nas mais

diversas áreas, graças, principalmente aos modelos pioneiros de multiagentes de segregação desenvolvida por Gondim (2016).

Muitas vezes, a segregação é simplesmente percebida como a separação espacial de dois ou mais grupos e, portanto, medidas em termos das proporções relativas de cada grupo nos diferentes bairros de uma cidade. No entanto, a segregação é essencialmente um fenômeno espacial multiescalar (PLUME, 2013).

Um indivíduo percebe a segregação de forma ainda mais aguda, pois precisa percorrer um longo caminho de sua casa para descobrir como pode ser a cidade em sua totalidade. Imagine o caso extremo de uma cidade onde dois grupos A e B vivem em total separação, formando assim dois guetos. Um indivíduo vivendo no coração de um dos guetos teria que explorar toda a cidade para descobrir que ela realmente compreende proporções iguais de ambos os grupos.

A estrutura econômica de uma cidade e o tipo de reestruturação que está ocorrendo são frequentemente vistos como algumas das forças mais poderosas por trás da fragmentação social e da integração na esfera urbana. No entanto, os regimes do estado de bem-estar e as mudanças atuais (cortes) perceptíveis nessas áreas também são consideradas muito importantes (CARVALHO, 2021). Outros fatores relacionados também são frequentemente mencionados, como a divisão racial ou étnica da população na sociedade e o efeito reforçador da própria segregação socioespacial e étnica.

1.2 Crítica à visão conservadora das cidades

Nas últimas décadas, os urbanistas pós-modernos argumentaram que o espaço público está desaparecendo. Para eles, os espaços públicos, definidos como locais de construção da cidadania e do encontro social, foram substituídos, pelo menos em parte, por espaços pseudo públicos, como o shopping ou o condomínio fechado. Essa visão nostálgica de um passado mítico moderno não considera uma característica mais representativa e historicamente precedente do espaço público. Argumentando em uma linha semelhante à de Foucault, os espaços públicos são, antes de tudo, lugares onde o poder é expresso e exercido (GILBERTO, 2014).

Observando a realidade da segregação, dos guetos e dos espaços enclaves, é comum na literatura dos estudos urbanos falar nostalgicamente de um declínio e mesmo do

desaparecimento do espaço público. Autores como Corrêa (2013), destacou que a cidade atual com um passado mítico, localizado em algum momento da era moderna, no qual as características do espaço público -multiplicidade de usos e encontro social - não apenas se desenvolveram, mas também estavam em constante expansão. Esse discurso é característico dos urbanistas pós-modernos, que idealizam conservadoramente o espaço público da modernidade e questionam os próprios espaços pós-modernos, qualificando-os de "pseudo" ou "pós públicos".

Silva (2016) comenta que a fragmentação da cidade, da qual são expressão enclaves fragmentários como shoppings, condomínios fechados ou bolhas turísticas, "acabou efetivamente com um componente essencial do espaço público: é a sobreposição de funções em um mesmo território, o que torna complexa a experiência vivida naquele espaço".

Maricato (2015) argumenta que na nova paisagem urbana há um medo constante de exposição, pois todas as diferenças são potencialmente tão explosivas quanto aquelas entre um traficante e uma pessoa comum. Há uma neutralização: se algo me perturba ou a minha volta, tenho que continuar andando e parar de sentir. Mais ainda, sofro com a abundância, remédio prometido pelas luzes. Meus sentidos estão carregados de imagens, mas a diferença de valor entre uma imagem e outra torna-se tão mutável quanto meu próprio movimento.

Se o espaço público moderno significa exibição, debate crítico, interação de classe e autenticidade, sua existência foi questionada pela nova sociedade informacional e pela ideologia privatista que a acompanha: a habitação tradicional foi substituída por condomínios e outras formas de condomínios fechados e o mercado foi totalmente substituído pelo *shopping*, pelo menos no imaginário coletivo (CORRÊA, 2013).

No caso dos espaços comerciais, enquanto o mercado moderno satisfaz simultaneamente dois objetivos, a troca de mercadorias e a troca de ideias e experiências sociais, o *shopping*, fiel à sua natureza privada, só se orienta para a aquisição de utilidades mediante efetivo controle social mecanismos, que tendem a aumentar o desejo de consumir (GILBERTO, 2014).

De acordo com Silva (2016), os urbanistas pós-modernos baseiam seu argumento para o declínio do espaço público em duas suposições que eles não justificam de forma conveniente: (1) que a cidade já aceitou a diversidade e o intercâmbio social mais do que agora,

e (2) que o "cidade desejável seria mais autêntica do que a que está sendo criada. Em sua análise de Londres e Nova York, ela assume ambas as suposições.

Em relação ao primeiro pressuposto, Maricato (2015) argumenta que a ideia de um passado mítico é desmentida por várias históricas: (a) em Londres e Nova York pessoas consideradas inaceitáveis pela sociedade como um todo foram mantidas fora dos setores da cidade onde as classes altas se reuniam e (b) em Nova York, a exclusão de pessoas de cor dos espaços comerciais e do mercado imobiliário era u fato da vida, e nem mesmo ilegal, até meados do século. Com efeito, se renunciarmos a uma perspectiva extremamente negativa da situação atual do espaço público, baseada num preconceito político ou num programa ideológico, o passado surge em toda a sua contradição e não como uma utopia inquestionável (SOUZA, 2019)

No início da modernidade, com uma burguesia não hegemônica, o discurso partiu do soberano, com grandes reformas da cidade, construção de parques, vias, avenidas, etc. Este é o período dos reis esclarecidos, aqueles que compreenderam a necessidade de construir instituições sociais que lhes permitissem aumentar a sua base de apoio no selo das burguesias nacionais (Silva, 2016). O discurso passou a descrever o espaço público como um espaço descontrolado, ou pelo menos minimamente controlado, o que tornava mais visível a apropriação do espaço pelos cidadãos. O espaço público vivido tornou-se então mais democrático.

Uma vez que a burguesia conquistou o controle político e econômico da sociedade, esse discurso do espaço público como lugar de construção da cidadania tornou-se hegemônico. O espaço público tornou-se então o lugar para expressar opiniões sem medo de repressão, o lugar onde se manifestou a vontade pública proclamada por Rousseau; tudo isso apesar de, ao mesmo tempo, este espaço considerar a segurança, o controle e a manutenção da ordem pública como requisito de viabilidade. Tudo dependia de quem era o usuário do espaço e da forma como ele se vincula aos significados e propósitos propostos pela burguesia dominante (SOUZA, 2019).

A neoliberação e a mercantilização também tiveram um efeito no espaço público. Grande parte da esfera pública, sendo vista como um bem de mercado, tornou-se gradualmente (semi)privatizada, o que resultou claramente em uma perda líquida em termos de sua função pública (CORRÊA, 2013).

Em algumas das contribuições, foram percebidos níveis reduzidos de segregação quando medidos em um determinado período. Tais desenvolvimentos, no entanto, devem ser interpretados sob uma perspectiva dinâmica, e deve-se considerar que, por vezes, é necessário um período de análise muito maior (SOUZA, 2019). Motores de mudança, como o aumento da desigualdade social ou mudança estrutural na composição socioespacial das áreas metropolitanas impulsionadas pela gentrificação e pela suburbanização da pobreza, bem como outros processos, podem não se traduzir imediatamente em aumento da segregação, mas vêm com atraso.

1.3 Debates da Questão urbana e segregação socioespacial à partir da crítica urbana

O crescimento urbano no Brasil tem sido caracterizado pela ocupação irregular do solo e moradias precárias somadas aos núcleos históricos das cidades, com morfologias que tipificam a segregação socioespacial nas cidades brasileiras de norte a sul, principalmente no seu desenvolvimento entre as décadas de 1970 e 1990. Entre os anos 1980 e 1990, a pobreza nas cidades agravou-se rapidamente, acentuando a desigualdade entre os grupos sociais.

Segregação e fragmentação social são conceitos comuns usados para descrever a distribuição espacial de grupos sociais em cidades de países em desenvolvimento e foram adotados neste estudo para avaliar o desempenho da forma construída (KOWARICK, 2019). O papel da estrutura física da cidade no reforço da segregação e suas condições sociais desiguais, principalmente na periferia, em nível de análise minuciosa não têm sido relacionados aos processos de planejamento da cidade.

A segregação é sobre a separação, de pessoas e atividades. Isso implica espaço, pois é difícil entender as coisas sendo mantidas separadas como não tendo a ver com sua separação e, portanto, também com uma distância entre elas. Além disso, as pessoas e atividades são de tipos diferentes, pode-se supor que o espaço esteja implicado não apenas em sua reprodução, mas também e mais importante, em sua constituição. Nesse caso, as categorias sociais e as atividades sociais também são fenômenos espaciais (SHAPIRA, 2020).

Em outras palavras, a segregação é um fenômeno socioespacial. Compreender a segregação exige que vejamos como as diferenças sociais e as diferenças espaciais se unem. Acarretando a impossibilidade da redução invertida. A relação não é de um para um. A relação é, ainda, interna. Isso significa que a variação entre o polo social e espacial da relação não

pode ser entendida em termos causais. Um deles não pode ser explicado pelo outro de forma alguma (MOLINATTI, 2013).

A segregação é uma característica inerente às cidades e tem sido foco de interesse em diferentes campos científicos. Pode ter base étnica, racial, econômica, religiosa, de gênero, entre outras. Ao longo de seu trabalho Shapira (2020), define a segregação como a restrição de interação envolvendo ou não o espaço físico. Nos estudos de arquitetura e planejamento urbano, a segregação urbana é comumente abordada como separação.

Historicamente, os estudos de segregação urbana geralmente analisam os padrões locais de habitação, sem levar em consideração os outros domínios onde ela pode se manifestar, como a separação de atividades e funções. Nas décadas mais recentes, o avanço das tecnologias tem permitido novas formas de estudar a cidade. O aumento das capacidades computacionais, o desenvolvimento do campo dos Sistemas de Informação Geográfica (GIS), e de modernização urbana, em outros, são cruciais para o estudo das cidades, permitindo novas e inovadoras formas de estudar a segregação e as suas implicações.

Os efeitos de segregação socioespacial na forma urbana são avaliados aqui em termos de vantagens e desvantagens locais, decorrentes da distribuição espacial dos grupos sociais em Belém. Os métodos utilizados na análise procuram avaliar o impacto na forma urbana através da avaliação das relações entre o grau de acessibilidade e as variáveis socioeconômicas. Isso inclui comparações entre acessibilidade e grupos sociais no núcleo da cidade e áreas de expansão (MOLINATTI, 2013).

A retração urbana é um processo multidimensional que combina múltiplos fatos e tem várias manifestações inter-relacionais. Em primeiro lugar, a queda do investimento contribui para a diminuição do número de postos de trabalho e para o aumento do desemprego. O declínio urbano geralmente vem com um processo vêm com um processo de migração seletiva, com os mais qualificados e os mais jovens saindo primeiro (NUNES, 2017). Em consequência, as populações mais vulneráveis (os mais pobres, os mais velhos e menos escolarizados e qualificados) são as mais afetadas pelos efeitos sociais do desemprego e da deterioração do seu nível de vida, ficando numa situação de 'cativeiro'. Dentro das cidades em encolhimento, os bairros de baixa renda são os primeiros a serem atingidos pelo declínio, enquanto, na escala da região urbana, as desigualdades socioespaciais tendem a aumentar.

Em contextos característicos por tal série de efeitos, os atores locais ficam com poucas soluções para reverter o declínio urbano. As estratégias locais para combater o encolhimento urbano tendem a seguir uma tendência convergente: o desejo de restaurar a imagem das cidades em declínio leva os atores locais a favorecer a gentrificação ou a mistura social. Essas estratégias nem sempre são uma boa segregação em e-sucedidas, mas quando o são, resultam no aumento da segregação em microescala ou no despejo das populações mais frágeis.

Qualquer visão da ordem socioespacial em escala metropolitana deve levar em conta a questão da divisão social do espaço, definível como a relação entre a composição social e de classes de uma sociedade e sua manifestação da estrutura do espaço metropolitano habitado. Que existe uma divisão social do espaço - ou seja, que os espaços metropolitanos não são iguais em sua conotação social- é um fato que faz parte do senso comum (NUNES, 2017).

Em todas as cidades, certos espaços costumam ser identificados com certos tipos de população. No entanto, se deseja abordar o estudo da divisão social do espaço em uma grande metrópole, é necessário colocar em funcionamento diferentes dispositivos conceituais e fazer uso crítico das fontes de informação disponíveis sobre a distribuição dos estratos socioeconômicos.

Em geral, a segregação residencial e urbana é entendida como conceitos equivalentes. Katz (2013) ressalta em sua pesquisa que segregação residencial é “o grau de proximidade espacial ou aglomeração territorial de famílias pertencentes a um mesmo grupo social, seja este definido em termos de etnia, idade, religião ou preferências socioeconômicas, entre outras possibilidades”.

Harvey (2018) define segregação urbana como “a tendência de organizar o espaço em áreas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade social entre elas, entendendo essa disparidade não apenas em termos de diferença, mas também em termos de hierarquia”. Uma definição, esta última, que não menciona às diferentes bases sociais da segregação (classe, etnia, etc.), mas acrescenta a ideia de hierarquia, no mesmo sentido que na linguagem cotidiana costumamos nos referir ao "nível" de um bairro ou distrito; um bairro “alto nível” ou um bairro “popular”, por exemplo.

A segregação em uma cidade pode se manifestar e se expressar de muitas maneiras diferentes. Os distritos e bairros dentro das cidades geralmente diferem consideravelmente

em termos de aspectos econômicos, sociais ou culturais, especialmente nas chamadas cidades residenciais segregadas. Em tal situação, o espaço público se destaca como o local mais importante onde as pessoas podem participar de vários processos sociais à medida que as atividades cotidianas são realizadas. Para muitas pessoas, estar presente no espaço público significa “estar na cidade” e poder observar vários tipos de atividade que acontecem na cidade.

O espaço público é um local ou uma arena onde se pode ver e encontrar outras pessoas, ser visto por outros e tomar consciência de semelhanças e diferenças com base, por exemplo, em vias públicas, praças, parques ou instituições públicas como bibliotecas ou escolas, temos a possibilidade de conhecer as condições de vida de outras pessoas.

A exceção a isso é a segregação econômica que continua a aumentar, apesar do aumento geral dos níveis de renda; os grupos de alta renda foram favorecidos em relação aos grupos de baixa renda em um grau maior por esse desenvolvimento, resultando no aumento da diferença de renda. Nas áreas metropolitanas, verifica-se que a segregação econômica e étnica está intimamente relacionada (HARVEY, 2018).

Katz (2013) ressalta que o conceito de segregação inclui um certo nível de hierarquia social entre diferentes setores da população. A segregação não apenas define fronteiras entre grupos, mas também coloca os grupos em uma hierarquia de poder que influencia a colaboração e a interação. Como construção social, a segregação está fortemente relacionada à polarização social e à resistência à mudança, que facilmente se torna um terreno para conflitos políticos.

Além disso, a segregação é definida como uma forma institucionalizada de distância social que se manifesta na separação física. No entanto, mesmo que a segregação implique separação entre indivíduos e grupo, ela não é descrita como a antítese da integração social (NUNES, 2017).

Vários documentos oficiais e investigações centram-se no fato de a pobreza e a desigualdade estarem muitas vezes concentradas em certas áreas geográficas e distritos, o que indica que a arquitetura e o desenho urbano estão de alguma forma envolvidos. Por exemplo, afirma-se que tais áreas são prejudicadas por condições de vida mais precárias e acesso mais difícil aos mercados de trabalho e serviços (KATZ, 2013).

A correspondência sugerida entre uma separação física entre grupos na sociedade e a falta de relações sociais é relevante para refletir do ponto de vista do desenho urbano. A declaração indica que há razão para olhar com mais cuidado até que ponto as propriedades conformacionais nas chamadas 'áreas problemáticas' fornecem condições que permitam encontros entre diferentes grupos sociais, tanto dentro de um bairro, mas também encontros entre outras pessoas de diferentes bairros (HARVEY, 2018).

Além disso, um intercâmbio limitado entre diferentes partes da cidade indica que os mecanismos de geração de contato são prejudiciais, o que prepara o terreno para uma infeliz desunião urbana e aumenta o risco de polarização e exclusão. Argumenta-se que qualquer sociedade precisa criar espaços para uma troca em uma base menos pessoal também, por exemplo, simplesmente compartilhando espaços (NUNES, 2017).

1.4 Discussão sobre a Política Urbana crítica de Ermínia Maricato

A política urbana crítica de Ermínia Maricato no Brasil se baseia em uma análise crítica da construção socioespacial do país, contextualizando suas raízes históricas e buscando alternativas para superar os problemas enfrentados atualmente. De acordo com Maricato (2000), a construção socioespacial do Brasil é marcada por uma lógica excludente e segregacionista, que se manifesta de diversas formas, como a exclusão social, a falta de moradia digna, a especulação imobiliária, a desigualdade de acesso a serviços públicos e a concentração de renda e poder. Essa lógica excludente tem suas raízes na história do país, que foi marcada pela escravidão, pelo latifúndio e pela exploração das riquezas naturais, concentradas nas mãos de uma elite econômica e política que perpetua seu poder através da manutenção de estruturas desiguais e excludentes.

Para Maricato, a política urbana crítica deve ser baseada em uma abordagem integrada e participativa, que envolva todos os setores da sociedade na construção de soluções sustentáveis e justas para os problemas urbanos. Isso inclui a implementação de políticas de habitação social, a regulamentação do mercado imobiliário, a promoção de transportes públicos de qualidade, a valorização da cultura e do patrimônio urbano, entre outras ações (MARICATO, 2015). Em resumo, a política urbana crítica de Ermínia Maricato busca superar as desigualdades e exclusões socioespaciais do Brasil, através de uma abordagem integrada e participativa que envolva toda a sociedade na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

Capítulo 2- Impactos da falta de moradia no desenvolvimento escolar das crianças

A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito, onde encontra-se estabelecida uma intrincada rede de relações. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. “Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador(..)” (SILVA, 2016).

Às pessoas que vivenciam situação de rua, algumas vezes, não têm precisão do tempo cronológico de permanência na rua, mas a ida para a rua quase sempre é marcada por um evento inesquecível para quem o viveu, o qual raramente é comentado, mesmo com pessoas de convívio mais próximo. Tomando como parâmetro o tempo de permanência na rua, a relação com esse contexto de vida e os vínculos familiares, a população que vivencia situação de rua pode ser classificada em três situações diferentes: ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente) (BRÊTAS, 2016).

Conceitos como os utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ampliam a concepção de sujeitos em situação de rua para os que vivem em habitações precárias, malocas e favelas ou incluem todos aqueles que vivem em lugares cuja habitação não atende aos padrões mínimos de habitação, não podem, por exemplo, ser utilizados em estudos realizados por países que têm níveis de desigualdade como os latino-americanos, porque o continente tem um enorme contingente de pessoas que vivem em sub-habitações e esse alargamento conceitual acabaria por dificultar a caracterização destes que vivem no espaço da rua (SILVA, 2016).

Contudo, essa referência parece importante para que se possa refletir sobre o significado do habitar em condições dignas como uma necessidade humana fundamental e privilegiar iniciativas que incidam sobre esse tema, de igual relevância, para o enfrentamento da desigualdade social, especialmente em países como o Brasil, que tem um déficit histórico tão significativo nesta área. Questões como a reforma agrária e a regulamentação fundiária são temas centrais e condições necessárias ao enfrentamento efetivo da desigualdade social e

da pobreza. A concentração da renda e da terra está na raiz da histórica desigualdade que caracteriza os países latino-americanos (FRANCISCO, 2020).

Um ponto que fica muito claro ao analisarmos a população de rua consiste na exclusão social, os mesmos são constantemente atingidos por essa prática que vêm ganhando cada vez mais espaço nos países do mundo. Os moradores de rua sofrem muitas práticas de exclusão, preconceito e menosprezo devido à sua situação social.

Figueiras (2014), relata que a exclusão social é um fenômeno multidimensional, ela inclui o isolamento do indivíduo, o despertencimento social, a diferença exorbitante entre as classes que abala ou rompe com os vínculos sociais. De acordo com Gomà (2013), entre as áreas existentes de exclusão, às mais visadas estão nos âmbitos: econômico (através da pobreza); trabalhista (na forma de desemprego); educacional (analfabetismo educacional e digital); territorial (sem-teto ou oriundo da zona rural); familiar quando há violência doméstica ou rompimento de laços, e política a partir da insuficiência na proteção social (restrição à cidadania).

Para muitos pesquisadores e estudiosos sociais, as pessoas que moram nas ruas sofrem uma grande exclusão social, uma vez que as mesmas não têm seus direitos básicos respeitados e cumpridos. No que se refere às oportunidades e acesso aos direitos básicos como saúde, moradia e oportunidade de emprego, observa-se que os moradores de rua sofrem um grande preconceito social e acabam tendo grandes dificuldades em promover o seu desenvolvimento ou mesmo sair dessa situação delicada.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2018) refere que a formação dessa "subcultura" é o que torna evidente a extensão da desigualdade social no Brasil, a qual está inserida na lógica do sistema capitalista do trabalho assalariado, cuja pobreza extrema é produto de seu estabelecimento, que tem como consequências não só a exclusão social, mas a total expulsão, bem como a privação da participação efetiva no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse caso, o sistema capitalista ora vigente, torna a população em situação de rua excluída de todos os processos, isto é, social, político e, principalmente, econômica, como outrora mencionada, considera como "lixo".

Ao longo dos anos o número de pessoas morando nas ruas vêm crescendo e se tornando um dos principais problemas sociais, isso devido a dificuldade de os mesmos conseguirem obter os recursos necessários ao seu sustento, assim como às doenças que atingem os mesmos.

Se torna cada vez mais presente dentro do ambiente social e das políticas públicas a busca por uma postura mais efetiva do estado, buscando conceder principalmente às condições mínimas para que as pessoas moradoras de rua tenham a oportunidade de sair dessa situação, ou ter condições básicas para desempenhar seu papel como cidadão.

Embora a população em situação de rua tenha estabelecido uma relação direta com o álcool, tem-se um novo elemento que vem causando uma maior preocupação, que é o crack que além de comprometer a saúde física, compromete também a saúde mental. O uso deste tipo de droga acontece porque esses indivíduos estão expostos a marginalização das ruas, estão a mercê de tráfico de drogas, podendo se tornar facilmente usuários. Logo, a associação de drogas, criminalidade e rua, ocasiona uma imagem na sociedade de que marginalidade e pobreza andam juntas (ROSA, 2015).

Por conta dessa visão, não se pode generalizar todas as pessoas que moram na rua, assim como às situações que levaram os mesmos a realizar esse procedimento. Um dos dados que mais chama a atenção ao analisarmos a questão da população de rua é o número de pessoas que moram nas ruas em grandes capitais, isso demonstra que a busca por melhores condições financeiras e sociais pode ser outro fator determinante para que as pessoas venham a se encontrar nesta situação.

A falta de moradia expõe às crianças a fatores ambientais que colocam em risco sua saúde. Muitos bebês sem-teto carecem de imunizações essenciais. Crianças em situação de rua apresentam atrasos significativos no desenvolvimento após os 18 meses de idade, o que influencia em problemas comportamentais e emocionais posteriores (CASTRO, 2016). Crianças sem-teto são frequentemente separadas de seus pais, o que pode causar efeitos negativos a longo prazo. Eles recebem menos serviços do que outras crianças.

No momento em que as crianças sem-teto atingem a idade escolar, a falta de moradia afeta suas vidas sociais, físicas e acadêmicas. Em cada uma das principais áreas pesquisadas, estudos de saúde física, desenvolvimento e desempenho acadêmico revelam que as crianças sem-teto não estão simplesmente em risco; a maioria sofre danos físicos, psicológicos e emocionais específicos devido às circunstâncias que acompanham os episódios de situação de rua (GARRIDO, MERCURI, 2013).

As crianças desabrigadas são mais propensas a ter problemas crônicos de saúde do que às crianças abrigadas. Eles são quatro vezes mais propensos a precisar de cuidados de saúde

prolongados imediatamente após o nascimento, dezesseis por cento das crianças desabrigadas mais velhas, contra nove por cento das crianças abrigadas, têm um ou mais problemas crônicos de saúde, como doença cardíaca, doença vascular periférica, disfunção endócrina ou distúrbios neurológicos (LAHIRE, 2014).

Fatores ambientais também contribuem para a saúde precária das crianças sem-teto. A asma é comum entre crianças desabrigadas e crianças que vivem em habitação de baixa qualidade. Às condições ambientais internas que agravam a asma incluem infestações de baratas, fungos, fumaça e superlotações. Quando crianças sem-teto com asma adoecem com outras doenças, seus sintomas geralmente são mais pronunciados do que crianças abrigadas, e elas são hospitalizadas por sintomas três vezes mais do que a média dos pacientes com asma.

Os alunos que vivem em situação de rua podem enfrentar desafios educacionais. Alunos sem-teto muitas vezes que dividem moradia com outra família devido à dificuldade econômica ou motivos relacionados o que pode moldar as experiências educacionais dos alunos e causar ausência por meio de questões como conflitos intrafamiliares, responsabilidades de criação dos filhos, falta de espaço para estudos e demandas concorrentes (LAHIRE,2014). Alunos sem-teto têm maior probabilidade de mudar de residência e de escola, o que pode reduzir o engajamento escolar, dificultar a participação em atividades extracurriculares ou levar os alunos a perder oportunidades, como aulas de matrícula dupla e aconselhamento universitário.

O desempenho escolar das crianças em situação de rua é prejudicado tanto por seu fraco desenvolvimento cognitivo quanto pelas circunstâncias de sua situação de rua. Em primeiro lugar, as crianças sem-teto sofrem atrasos no desenvolvimento que prejudicam o sucesso acadêmico quatro vezes mais do que às outras crianças, como atrasos na fala e dislexia, como outras crianças (CASTRO,2016).

Esses atrasos no desenvolvimento têm várias causas. Todas as crianças pobres correm maior risco de atraso no desenvolvimento cognitivo devido a taxas mais altas de complicações, maior exposição ao chumbo e menos estimulação cognitiva domiciliar”. Aos efeitos prejudiciais do estresse pronunciado e prolongado (GARRIDO; MERCURI, 2013). Esses fatores, muitas vezes combinados com expectativas mais baixas do professor, habitabilidade de prontidão escolar precária e pais severos e inconsistentes, conspiram para afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças sem-teto.

A insegurança habitacional e a falta de moradia são difíceis de medir, em parte porque é complicado separar os efeitos deletérios da falta de moradia de outros fatores relacionados à pobreza e à insuficiência material. Além disso, a segurança habitacional é melhor caracterizada como existente em um espectro que varia de seguro - onde o aluno tem acesso a moradia fixa, regular e adequada- à inseguro, onde a moradia é menos estável, mais variável e menos adequada; a falta de moradia ocorre no extremo da insegurança severa. Essa faixa apresenta dificuldade em apontar os lugares dos alunos em uma escala multifacetada, principalmente com informações incompletas (PASCARELLA, 2021).

A mobilidade frequente leva tanto a um desemprego ruim, que é evidente em pontuações mais baixas em testes de matemática e leitura, quanto a problemas comportamentais e emocionais aumentados, como distúrbios de pares, ansiedade ou depressão, avaliação mais baixas de desenvolvimentos com colegas e absenteísmo e evasão.

O impacto negativo no desempenho decorrente da mobilidade parece ser maior entre as crianças do ensino fundamental. No entanto, isso pode ocorrer porque muitos jovens sem-teto abandonam o ensino médio. Outra circunstância de falta de moradia, essas crianças precisam lidar com as expectativas acadêmicas quando não estão se sentindo bem (PASCARELLA, 2021).

2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil é o ciclo anterior dos estudos ao ensino básico obrigatório, o qual se inicia nos estabelecimentos de ensino aos seis anos. Aqueles que frequentam a educação infantil são, naturalmente, crianças mais novas, com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. Também conhecida em algumas partes do mundo como educação inicial, é uma disciplina de estudos voltada exclusivamente para educar e socializar os menores, de meses a três ou quatro anos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na modalidade da Educação Infantil, especifica direitos de aprendizagem num total de cinco: conviver, brincar, participar, explorar, conhecer. Os referidos direitos abordam as condições para que as crianças da Educação Infantil aprendem como desempenhar funções nos espaços diversos onde se inserem e, assim, possam se sentir provocadas a resolver as situações e problemas, como também ir construindo suas relações com os demais participantes e seu entorno (BRASIL, 2017).

A rotina na Escola de Educação Infantil produz repetição de padrões. Todas as atividades quando bem elaboradas e quando bem planejadas, podem proporcionar às experiências necessárias aos bebês e crianças pequenas para que se desenvolvam de forma integral, isso inclui, a capacidade de ser um cidadão de bem e apto para a vida em sociedade.

Esse processo de evolução e elaboração de seus processos de desenvolvimento cognitivo e projetor de suas próprias compreensões acerca do mundo ao seu redor, Melo (2013) salienta que às crianças “à medida que se desenvolvem cognitivamente, às necessidades afetivas tende a promover não apenas os aspectos de evolução social e prática, mas se desenvolvem no ato de conectar-se com os outros através de suas ações afetivas.

Aos professores cabe uma das principais responsabilidades dentro da educação infantil, verificar quais procedimentos ou métodos passam a ser mais eficientes quanto ao processo de ensino e aprendizagem. O planejamento é o meio pelo qual se constrói as relações entre teoria e prática desenvolvida em sala de aula. A escolha do tema deu-se em virtude da importância do planejamento do cotidiano, e na educação, é um desafio contínuo, devido a necessidade de refletir a prática desenvolvida, com o objetivo de que às atividades correspondam às perspectivas com relação à construção do conhecimento dos alunos (VASCONCELOS, 2020). Imprevistos acontecem durante a prática, e muitas vezes o que foi planejado, e o modo como foi planejado, pode ser falho, sendo indispensável uma avaliação constante do que foi planejado, adequando se aos interesses dos educandos.

O trabalho docente implica em um ato técnico formativo, mas sobretudo, político, humano e social. No entanto, para tal, impõe a escolha de que o ofício do professor seja organizado pelo ato de efetivar o planejamento de gestão da sala de aula, como atividade intencional, que promova o desenvolvimento integral de seus alunos em uma perspectiva humana, histórica- crítica.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a educação infantil no Brasil, resultado da pressão dos movimentos sociais que reivindicavam a ampliação do acesso e da qualidade do atendimento nessa etapa da educação (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Constituição, a educação infantil passou a ser considerada um direito de todas as crianças, e o Estado se tornou o principal responsável por garantir o acesso e a qualidade do atendimento nessa etapa da educação. Além disso, a Constituição previu a

criação de um sistema nacional de educação, que deveria incluir a educação infantil (BRASIL, 1998).

Uma das principais conquistas após a Constituição de 1988 foi a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Infantil em 1998. Essas diretrizes estabeleceram princípios, objetivos e metodologias para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos, visando garantir o seu desenvolvimento integral e o respeito à sua singularidade (GONÇALVES; PIRES, 2007).

Outra conquista importante, foi a inclusão da Educação Infantil no Plano Nacional de Educação (PNE), em 2013, com a Meta 1 que prevê a universalização do atendimento escolar para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta de vagas em creches para crianças de até 3 anos. O PNE também estabeleceu diretrizes para a formação de professores e a qualidade do atendimento na Educação Infantil (BRASIL, 2014).

Essas conquistas representam um avanço significativo para a educação infantil no Brasil, pois tornam mais evidente a necessidade de uma educação de qualidade para as crianças desde a primeira infância, contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural. Contudo, ainda há desafios a serem superados, como a falta de investimentos na área e a falta de formação adequada dos professores que atuam na Educação Infantil (MELLO, 2015).

2.2 Desigualdade Social

O termo desigualdade refere-se a uma diferença objetiva que pode ser contrastada pela comparação de dois ou mais objetos. Em espanhol existe o termo iniquidade, que em seu segundo e menos frequente significado se refere à injustiça e à falta de equidade. A iniquidade foi definida como uma desigualdade de tipo sistemático, socialmente produzido, que é injusto e modificável.

Sistemático porque não é distribuído aleatoriamente, mas exhibe padrões condizentes com a população e injusto porque existe como produto de ordens sociais que violam noções de justiça amplamente compartilhadas, como a de que todas as crianças, independente se seu grupo social de origem, devem ter a mesma chance de sobreviver ou obter uma educação universitária. Por causa dessa última característica, às iniquidades pressupõem julgamentos éticos (SETUBAL, 2015).

A existência da desigualdade depende da diferença socialmente reconhecida. A diferença pode muitas vezes ser simplesmente uma base para desigualdades socialmente impostas, como no caso de etnia e gênero, ou pode ser uma causa real de desigualdade, como nas diferenças de saúde. Nove importantes bases inter-relacionadas da desigualdade são consideradas. A igualdade não requer desigualdade zero em todos os aspectos, mas apenas um equilíbrio de desigualdades. No entanto, a complexidade significa que é difícil definir ou reconhecer a igualdade total (SILVA, 2014).

Muitos pensadores sociais identificaram problemas sociais não tanto como questões de desigualdade social, mas como questões de integração social; eles enfatizaram a falta de consenso na sociedade. A desigualdade social, em sociedades como a nossa, manifesta-se de várias maneiras mais amplas do que geralmente se reconhece na discussão pública sobre o assunto. Diferenças em poder e vantagem social, simplesmente porque implicam diferenças em toda a gama de possibilidades de vida, sempre tendem, mantendo-se todas as outras coisas iguais, a se tornarem diferenças generalizadas.

Persistem desigualdades de oportunidades no acesso à educação, saúde e melhores infraestruturas que, juntamente com o crescimento populacional, irão aumentar o número de necessidades básicas insatisfeitas, especialmente nas aglomerações urbanas, o que pode desencadear tensões sociais e desestabilização. As dificuldades que tem impedido o avanço das sociedades à própria desigualdade social.

O conceito de equidade refere-se à redução ou ausência de diferenças injustas. Deve ser abordado a partir do escopo mais amplo de imparcialidade e justiça dos acordos sociais, incluindo a distribuição econômica; e o devido respeito pela vida e liberdade humana. As desigualdades no acesso à renda, bens de consumo e serviços influenciam o progresso social e econômico. Seus efeitos se refletem nos diferentes aspectos da vida tanto em nível individual quanto populacional e, portanto, são de interesse no campo científico (SANTOS, 2013).

Os principais eixos de iniquidade são posição social ou socioeconômica, idade, cor da pele/etnia, território, gênero e deficiência. Outro eixo pouco explorado que deve ser levado em consideração é a migração. É importante destacar que essas fontes de desigualdade não aparecem de forma isolada, mas sim inter-relacionadas.

A desigualdade tornou-se um problema social que deveria ser regulamentado institucionalmente devido à socialização do risco. Mais uma vez, essa regulação institucional

partiu da administração estadual, ao lançar políticas sociais que tentaram superar as tensões existentes entre liberalismo político e os princípios de solidariedade. Mais tarde, nos países desenvolvidos, essa situação favoreceu que os direitos sociais adquirissem a mesma legitimidade que os direitos civis e políticos. E, dessa forma, os direitos sociais passaram a fazer parte do status de cidadania: o direito universal a uma renda não sujeita ao valor de mercado para a maioria (SILVA, 2014).

A desigualdade social ultrapassa os limites da materialidade e se expressa em todas as esferas da vida humana. É o que se observa, pelas experiências cotidianas da região onde mora, no local de trabalho, junto às pessoas que convivem, etc.

Grupos de intelectuais e profissionais se organizam em torno da ideia da assistência social como um direito do cidadão, a ser assegurado pelo estado, em oposição à prática centenária de deixar para instituições filantrópica (principalmente religiosas) o cuidado aqueles que não tiveram acesso às condições sociais mínimas necessárias para sua sobrevivência (CAVALCANTE, RIBEIRO, 2012). Vários eventos acadêmicos e profissionais foram realizados na década seguinte para tratar do tema e difundir a ideia-força da assistência social como direito.

2.3 Serviço Social na Educação

O Serviço Social se torna algo extremamente necessário ao longo dos anos, principalmente por se tratar de uma das formas mais eficientes de identificar quais as maiores necessidades dos cidadãos e trabalhar de forma mais definida como os governantes ou demais representantes populares podem realizar as melhorias necessárias ao desenvolvimento igualitário (BARROCO, 2013).

Por meio de suas finalidades o serviço social busca promover uma melhor condição de vida junto a sociedade, assim como esclarecer aos governantes e cidadãos a responsabilidade de cada um dentro do desenvolvimento social, assim como das oportunidades ou condições nas quais os indivíduos se encontram. Para muitos autores o serviço social tem uma responsabilidade muito grande dentro do desenvolvimento observado nas sociedades.

A procura por igualdade social ou unidade em todos os processos sociais é algo que motiva o serviço social, o mesmo acredita que somente concedendo igualdade a todos se pode

ter uma sociedade mais justa e com menos problemas sociais. Algo que chama atenção no que se refere aos problemas sociais trabalhados por meio de serviço social, são: a desigualdade e a violência. Ambas têm crescido de forma significativa nos últimos anos e afetando profundamente a sociedade, por conta desses problemas sociais tem-se consequências bem sérias para o homem e a sociedade (BENEVIDES, 2019).

O profissional assistente social vem ao longo da história ganhando cada vez mais destaque, seus serviços de assistência têm se tornado cada vez mais comum em muitas das esferas. Sendo preciso dessa forma que o mesmo esteja sempre atualizado quanto a prática de diversos setores e principalmente tenha um vasto conhecimento sobre o trabalho a ser desenvolvido pelo mesmo (MORÉ, CREPALDI, 2012).

Vale destacar que como todo profissional o assistente social precisa estar bem atento a todos os processos que estão sendo aplicados ou desenvolvidos atualmente, buscando por informações sobre como suas atividades podem ser realizadas de forma mais eficiente. Por meio do desenvolvimento tecnológico certas atividades sociais se tornaram mais fáceis ou mesmo mais eficientes.

Educação é para todos e, a escola é um lugar apropriado para qualquer educando desenvolver suas habilidades e superar seus limites, é um rico espaço que possibilita o aprendizado mediante a interesse, o educando é o principal interlocutor do seu aprendizado, pois a escola deve educar para a socialização e para o convívio, o sentido de assimilar e de instruir nos traz uma série de consequências com as quais algumas estamos preparados ou não (CARVALHO, 2020).

É nessa definição no qual se vê a educação inclusiva, uns especialistas capacitados outros não e isso tudo acaba criando uma apreensão em como lidar com determinado assunto, a educação inclusiva tem que se proporcionar meios e formações aos especialistas, no que se refere aos objetivos propostos e a expansão aconteça de forma natural.

Inserir um educando na escola no ensino regular se fundamenta na ideia de uma educação para todas as adaptações que serão feitas para um indivíduo com deficiência se faz pensando em uma forma mais adequada de instruir, no sentido a qual o educando seja mais bem absorvido e, um profissional desta área trabalha com às necessidade do educando e desenvolve maneiras de transmitir na prática os conhecimentos para cada faixa etária que estiver trabalhando (SILVA,2012).

Durante muitos anos, tem-se interessado a alterar essas visões, visto que, o ato de os educandos serem especiais e necessitar de assistência educacional especializada não significa que não devam ter os mesmos privilégios e considerações de todo cidadão considerado normal.

Quando coloca que segundo Cunha (2012) só haverá inclusão se houver uma efetiva interação entre educandos com necessidades especiais e educandos que não apresentam deficiências, possibilitando um convívio social. É claro que as necessidades de aprendizagem se expressam atualmente, em muitos aspectos, de forma diferente do que no passado, e suas satisfatórias se expandiram e se diversificaram. No entanto, ainda precisamos aprender a viver em casal, a criar ou educar nossos filhos, a cuidar de nossa saúde, a realizar determinadas atividades econômicas ou profissionais, a viver em sociedade.

Ao definir, segundo Fernandes (2013) às estratégias educacionais e de tratamento é preciso estar atento às metas e considerar os comportamentos que são de fato funcionais. O método que preocupa bastante são as estruturas das salas de aula, a programação oferecida aos educandos, as rotinas diárias, o sistema de ensino, o uso de apoio visual e as realizações independentes das atividades.

Pensar no ambiente inclusivo é pensar em um ambiente que inclua, mas também um ambiente facilitador e o preparo dos educadores, não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas. Ao se falar em inclusão faz necessário pontuar segundo Saviani (2016) o papel do educador sendo importante que o mesmo interaja com os educandos e seja aberto a atender as necessidades de aprendizagem.

Tendo condições de proporcionar a inclusão, em relação onde a inclusão seja feita “primeiro, sem rótulos e depois, com noções de qualidade”, sendo necessário que haja inclusão acreditando na capacidade de desenvolvimento de uma criança com deficiência.

O educador deve ter segundo SILVA (2012) fácil acesso às áreas de trabalho de cada educando, e essas áreas de trabalho devem ser marcadas de maneira que o educando possa dirigir-se a elas sozinho. Cada educando pode ser estimulado a definir sua autonomia do lugar onde guarda suas atividades realizadas e a escola deve promover programas para atender diferentes perfis.

As enormes mudanças sociais que se vivenciam nas últimas décadas mostram que o sistema educacional regulamentado permaneceu, de certa forma, ancorado no passado. Embora tenham havido melhorias neste campo, uma parte dos conteúdos e metodologias da escola são pouco estimulantes, eficazes, funcionais e aplicáveis. No melhor dos casos, ele se torna obsoleto logo após serem adquiridos.

Silva (2015) descreve o desenvolvimento gradual da pedagogia social, que se reduz, por exemplo, na sua consolidação universitária, na promoção da investigação na sua área, na expansão do seu objeto de estudos a qualquer pessoa, no crescente reconhecimento profissional, bem como na promoção da atividade pedagógica-social em diversos domínios.

Não se deve esquecer que a existência de diferentes interpretações da pedagogia social dificulta a abordagem desta ciência e do seu objeto. Como exemplo dessa complexidade, colhemos a descrição analítica de Amaro (2021) sobre os significados atribuídos a esses saber disciplinar por diversos autores: 1. A pedagogia social como doutrina da formação social do indivíduo. 2. A pedagogia social como doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo. 3. A pedagogia social como teoria da ação educativa da sociedade. 4. A pedagogia social como doutrina de caridade para crianças e jovens. 5. A pedagogia social como doutrina do “sociologismo pedagógico”.

Entre os fatores explicativos para a expansão da educação social, Silva (2015) apontou o seguinte: o advento da democracia e as novas formas do estado de bem-estar, o aumento da exclusão social em certos setores da população, bem como a conscientização dos novos problemas derivados da convivência. A essas causas deve-se acrescentar a crise dos sistemas escolares. Na verdade, hoje o monopólio da escola sobre a educação está sendo questionado.

A instituição escolar, com a sua tradicional divisão por especialidades e níveis, não pode enfrentar sozinha o dinamismo da nossa sociedade e as novas necessidades educativas. Assim, a educação social surge com a louvável aspiração de responder com sucesso aos desafios formativos da vida atual cada vez mais complexa e técnica (BARBOSA, 2012). Desta forma, supera-se o conceito de educação, normalmente visto de forma rígida, e avança-se por caminhos socioeducativos até pouco percorridos, pelo menos de forma sistemática.

A intervenção socioeducativa passou de formas voluntárias e caritativas ou filantrópicas para outras de cariz profissional no quadro da previdência pública. Num tempo longínquo, a ajuda às pessoas necessitadas era prestada, consoantes os casos, por familiares,

por membros de instituições de solidariedade social, por ordens religiosas, etc. A ajuda humanitária organizou-se gradualmente até chegar a serviços de assistência social moderna, baseados na proteção do cidadão e na garantia de uma vida digna a todos, especialmente aos mais vulneráveis. Ainda que o sistema público de assistência social apresenta fragilidades, representa um avanço substancial social (LIMA; GOMES, 2017).

Barbosa (2012) defende que, para conhecer os primórdios da ajuda organizada, convém uma abordagem aos séculos XV e XVI, no contexto do Renascimento, caracterizado pela expansão urbana, pelo progressivo aumento da pobreza nas cidades e pela emergência do humanismo, com o ser humano no centro das preocupações, e com um enfoque cristão na abordagem de situações de necessidade.

A inserção do serviço social e da psicologia nas escolas não ocorreu em um único ano ou de maneira uniforme em todo o país. A presença desses profissionais na educação brasileira é resultado de um processo histórico e gradual de reconhecimento da importância do aspecto socioemocional no desenvolvimento dos alunos e do papel desses profissionais na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos estudantes (CÂMARA; PEREIRA, 2015).

A presença do serviço social nas escolas tem sido defendida desde a década de 1940, mas foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que a atuação dos assistentes sociais na educação foi oficialmente reconhecida. No entanto, ainda hoje, a inserção desses profissionais nas escolas é desigual em todo o país, sendo mais comum em regiões mais desenvolvidas (BRASIL, 1988).

No caso da psicologia, a presença dos psicólogos nas escolas começou a ganhar espaço na década de 1980, principalmente após a criação do Conselho Federal de Psicologia em 1982. A partir dos anos 1990, a presença de psicólogos nas escolas se tornou mais frequente, sobretudo em regiões mais desenvolvidas do país.

Atualmente, a presença do serviço social e da psicologia nas escolas é prevista em políticas públicas como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, e cada vez mais escolas e redes de ensino vêm buscando a inserção desses profissionais em seus quadros, visando a promoção de uma educação mais integral e inclusiva (BRASIL, 2014-2024).

2.3.1 Relevância do Serviço Social nas rotinas educativas

Os assistentes sociais já fazem parte do sistema educacional formal, por exemplo, integrando as chamadas Equipes de Orientação Educacional e Psicopedagógica (EOEPS) dos centros e áreas de atuação. Embora fossem necessários muitos mais profissionais nesta disciplina nas escolas e institutos e também nas universidades porque os problemas de absentismo, insucesso escolar, integração de imigrantes, violência escolar, machismo, obesidade, anorexia, gravidez indesejada, toxicod dependência, etc. Têm causas e consequências aceitas e exigidas (DUTRA; GONÇALVES, 2016).

Assistentes sociais também estão ativamente envolvidos na educação não formal. Promovem e organizam atividades de formação para desempregados, pessoas com deficiência, toxicod dependentes, mulheres vítimas de violência ou imigrantes, entre outros setores. Possivelmente, esta é a área onde mais assistentes sociais de educação estão sendo demandados e dedicados.

De acordo com Nunes (2013), os profissionais de serviço social têm um papel na educação informal quando operam ou atuam em contextos familiares, institucionais e comunitários e nos sistemas sociais onde as pessoas vivem e aprendem. Quando um assistente social está ajudando, por exemplo, uma família a viver melhor, gera uma mudança, por exemplo, no sistema educacional daquele grupo humano, que afeta quais valores, comportamentos ou pensamentos são transmitidos e eles aprendem.

A colaboração entre professores e assistentes sociais em situações como às descritas parece absolutamente essencial, porém, nas escolas e institutos nem sempre se conseguem relações efetivas entre profissionais de ambas as áreas. A principal dificuldade reside em perceber que não se trata de dividir os problemas, mas sim de atuar em conjunto e muitas vezes os professores esperam que o assistente social trate do problema para que possam focar-se melhor no ensino em vez de assumirem que também devem estar envolvidos na solução (MOTA; AMARAL, 2017).

A participação em programas de coordenação e cooperação interinstitucionais de intervenção individual, familiar ou social destinados a tratar ou dar resposta a necessidade e problemas sociais é outra tarefa em que este profissional encontra um importante espaço de concretização. É sobre o aluno que não há intervenções descoordenadas, nem interferências

das diversas instituições e organizações sociais, que prejudiquem seu crescimento e processo de aprendizagem.

2.4 Direito à Moradia

O direito de propriedade, bem como o instituto da Posse e o Princípio da Função Social da Propriedade, estão todos agrupados dentro do instituto do Direito Civil, mais especificamente dentro do Direitos Reais. Assim, segundo FARIAS e ROSENVALD (2015) é preciso mencionar que dentro do Direito Civil, a nomenclatura utilizada é a dos Direito das Coisas, no título do Livro III, porém, como praxe, parte da doutrina, utiliza o termo de “Direitos Reais”, ao se referir a ele.

Doutrinadores como Clóvis Beviláqua, Maria Helena Diniz e Flávio Tartuce, utilizam a nomenclatura de “Direito das Coisas”, que, segundo a obra de Flávio Tartuce, pode ser definido como sendo:

“Direito das Coisas – é o ramo do Direito Civil que tem como conteúdo relações jurídicas estabelecidas entre pessoas e coisas determinadas ou determináveis. Como coisas, pode-se entender tudo aquilo que não é humano, conforme exposto no Capítulo 2 desta obra, ou ainda os bens corpóreos, na linha da polêmica existente na doutrina. No âmbito do Direito das Coisas há uma relação de domínio exercida pela pessoa (sujeito ativo) sobre a coisa. Não há sujeito passivo determinado, sendo esse toda a coletividade. Segue-se a clássica conceituação de Clóvis Beviláqua citada, entre outros, por Carlos Roberto Gonçalves, para quem o direito das coisas representa um complexo de normas que regulamenta as relações dominiais existentes entre a pessoa humana e coisas apropriáveis. (TARTUCE, 2015, p. 846)”.

Deste modo, a referida alcunha, se refere ao fato, de que segundo DINIZ (2014) quando se fala em coisa, sempre se remeterá a algo corpóreo, e que predominantemente possui um cunho econômico. Além disso, o próprio termo Direito das Coisas, é mais abrangente, abarcando o próprio instituto da posse, que não consta no rol de direitos reais, que são previstos no Código Civil.

A Posse, no decorrer dos tempos, foi objeto de vários doutrinadores, que a despeito da singularidade do instituto, passaram a elaborar as chamadas Teorias da Posse, que segundo GONÇALVES (2012) tinham o objetivo de definir o que de fato vêm a ser a posse. O mesmo, pode ser observado em relação ao Direito de Propriedade, que comporta as chamadas Teorias clássicas que seriam: a teoria subjetiva, de Friedrich Karl Von Savigny e a teoria objetiva, de Rudolf Von Schering.

Os direitos reais, são estruturados a partir da conceituação das relações que envolvem esse campo de estudo. Assim, segundo VENOSA (2019) a doutrina, costuma enfatizar que essa disciplina do Direito Civil, comporta uma estrutura composta por dois sujeitos, um objetivo e um vínculo jurídico. Existe uma porcentagem da doutrina, que recorrentemente analisa os direitos reais, em detrimento dos chamados direitos pessoais, principalmente os que dizem respeito às obrigações, que permitem utilizar como exemplo, de modo concreto, qual de fato é a diferença entre dois ramos.

Assim, antes dessa transição, o Estado tinha como preocupação principal, a manutenção da liberdade econômica, de modo que permitia que houvesse uma maior liberdade dentro do setor privado. Assim, havia também o fomento a autonomia dentro do exercício de suas práticas comerciais, após, passou a intervir mais dentro deste processo econômico, buscando sobretudo, a redução das desigualdades sociais (FARIAS & ROSENVALD, 2015).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) segundo CORDEIRO (2011) deu um tratamento diferenciado ao instituto da função social, introduzindo-o como sendo um dos princípios da ordem econômica (art 179, III), além de tratá-la como um dos princípios que integram os direitos e garantias fundamentais (art. 5º, XXIII). Por meio deste princípio, o objetivo do Estado é buscar a harmonia entre a natureza do bem, e a sua utilização.

Atualmente é de essência importância o princípio da função social da propriedade, que permite não só a imposição de obrigações de não fazer, mas a obrigação de fazer, cumpridora função social da propriedade contida no artigo 182, § 2º, onde “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

Portanto, a propriedade implica no direito individual que tem por garantia inúmeros poderes que constituem objeto do direito civil, quando explicita o poder de usar, gozar e dispor da coisa. Contudo, tais poderes devem ser exercidos de forma limitada, uma vez que convivem com direitos alheios, ou seja, os interesses públicos. Cabendo ao poder público exercer a tutela, intervindo quando necessário, ainda que em detrimento dos interesses individuais.

Capítulo 3- PROJETO VIDA E ÁGUA PARA AS ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (ARIS)

As ARIS (Áreas de Responsabilidade Integrada da Saúde) são regiões definidas pelos órgãos de saúde, que agrupam uma série de bairros ou áreas geográficas próximas, com o objetivo de integrar as ações e serviços de saúde em uma mesma área. Essa integração é feita com base em um planejamento conjunto entre os diversos serviços de saúde, com o objetivo de garantir uma melhor cobertura e qualidade de atendimento à população, evitando a sobreposição de serviços e a falta de atendimento em áreas específicas (ARIS, 2020).

Já o PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) é um instrumento de planejamento urbano que tem como objetivo orientar o desenvolvimento urbano das cidades, definindo normas, diretrizes e estratégias para a ocupação do solo urbano e a utilização dos recursos públicos. O PDOT é elaborado com base em um diagnóstico da situação atual da cidade e na identificação das principais demandas e potencialidades do território, levando em conta a participação da população e dos diversos setores da sociedade civil. Dessa forma, o PDOT tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano de forma mais sustentável e equitativa, garantindo o acesso aos serviços públicos e a qualidade de vida da população (GDF, 2009).

A pobreza urbana e o crescimento das favelas são problemas locais, mas sua natureza e escala exigem uma resposta global. Os capítulos deste volume equiparam universalmente o crescimento das favelas ao fracasso das políticas. As forças do mercado dos mercados sozinhas não podem resolver os desafios da urbanização. Na verdade, as velhas abordagens de desenvolvimento urbano e a atividade não regulamentada do setor privado exacerbam as disparidades urbanas (LIMA, 2018).

Em vez de planejar o crescimento urbano e trabalhar para fornecer terra, infraestrutura e serviços para os pobres, políticas equivocadas se concentraram em retardar o processo de urbanização e em tentar, sem sucesso, conter a maré da migração rural para a urbana. Pelo menos dois milhões de moradores de favelas são despejados à força de suas casas a cada ano para dar lugar a projetos de infraestrutura e desenvolvimento privado (MOURA, 2015).

A partir da década de 1980, um novo instrumento urbanístico passou a ser utilizado em diversos municípios brasileiros do país: Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS) -Áreas Especiais de Interesse Social, embora não tenha sido utilizada essa denominação específica. Em Belo Horizonte, por exemplo, o conceito foi inicialmente abordado no projeto Pró-Favela (1983-1996) e no Rio de Janeiro no Projeto Favela-Bairro (1994-2008) e outros exemplos

pelo país, que depois se transformaram em o padrão específico para este tipo de ocupação (AFONSO; VELOSO, 2012).

No Brasil, o instrumento das ZEIS foi muito divulgado: pouco menos de um terço dos municípios do país relataram ter legislação específica sobre Zonas ou Áreas de Interesse Social (AFONSO; VELOSO, 2012). No entanto, ainda são poucos os que utilizam áreas subutilizadas para ampliar a oferta de terras para a produção de habitação social. Essa divulgação ocorreu após aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.275/2001). Este é o marco legal que obrigou os municípios com mais de 20.000 habitantes a elaborar ou revisar um Plano Diretor. A medida permitiu a ampliação do instrumento contido nos planos municipais, geralmente acompanhado de instrumentos de zoneamento e planejamento urbano.

Em relação ao zoneamento, o instrumento da ZEIS busca superar o despotismo do “maior e melhor aproveitamento” imposto pelo mercado imobiliário em busca de rentabilidade, ao propor a utilização de áreas bem localizadas e mais centrais para habitação social. Ao mesmo tempo em que busca inverter o papel do zoneamento como reserva de terras e condições urbanas exclusivamente para às elites, assunto amplamente discutido na literatura, garante que os pobres possam viver na cidade - em cidades urbanizadas e bem áreas equipadas e com boa infraestrutura- e não fora dela (LIMA, 2018). Assim, trata-se de um instrumento concebido para evitar a segregação urbana que defende a demarcação de áreas que vise estimular a mestiçagem social e racial, e promover espaços com coesão social.

Figura 1- Projeto das Residências



Microsoft Store

Fonte: ARIS, 2020.

A figura descrita acima ressalta como as residências estão sendo projetadas ou as plantas de como ficaria cada uma das moradias a serem distribuídas para os cidadãos da região. Vale destacar que essa é a parte fundamental do projeto, concedendo aos cidadãos e representantes políticos uma compreensão das medidas e do planejamento realizado quanto às casas a serem ofertadas à sociedade.

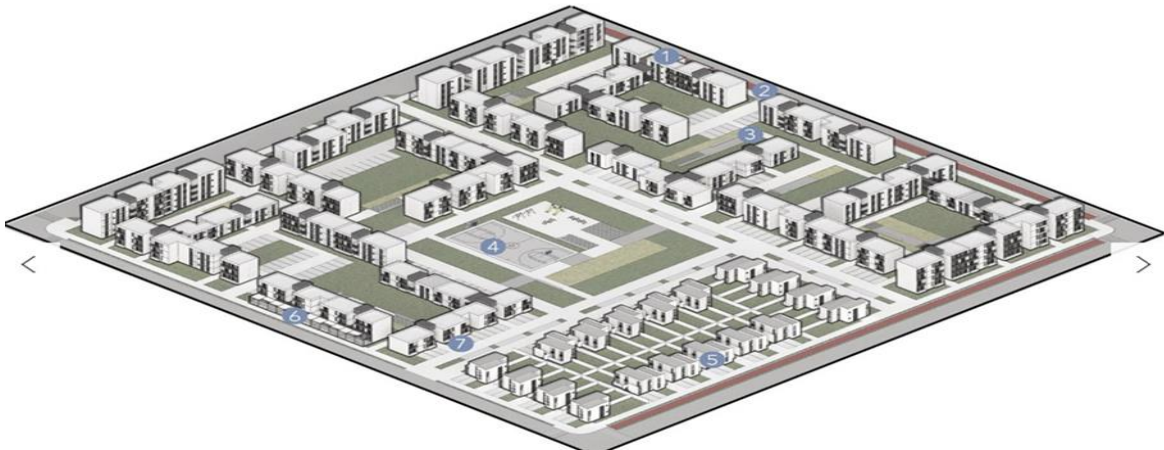
Figura 2 -Planta da localização e distribuição das residências



Fonte: ARIS, 2020.

A imagem apresentada descreve a visualização da distribuição das residências junto a região designada para tal procedimento, ressaltando às vias, áreas de lazer, assim como toda estrutura que ficará à disposição dos cidadãos. Vale destacar que por meio dessa imagem, pode-se compreender a evolução que será realizada na região, algo muito positivo quanto a saneamento e demais processos fundamentais para uma qualidade de vida.

Figura 3 - Apresentação de como ficará o conjunto habitacional.



Fonte: ARIS, 2020.

A figura destacada ressalta toda parte do projeto relacionado a estruturação das residências, assim como da localização onde essas ficariam inseridas. Sendo um ponto de compreensão para os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, assim como órgãos fiscalizadores.

O desenho do projeto limitou o objetivo de impactar o processo de ocupação do solo urbano e a segregação socioespacial. Isso se deveu tanto à alocação de parcela significativa dos recursos previstos (81%) quanto à assimetria na distribuição interna de recursos entre às atividades de cada eixo, além de outros problemas operacionais e de execução. Tais problemas não eliminaram a importância do Vila-Bairro que inegavelmente teve um impacto importante em muitos assentamentos de baixa renda (MOURA, 2015).

Figura 3.1 - Projeção de como ficará a região com projeto de habitação



Fonte: ARIS, 2020.

Diante da figura apresentada pode-se mensurar todos os processos estruturais relacionados a paisagens, assim como a distribuição das residências e melhorias que serão introduzidas na região. Esses aspectos são fundamentais para uma consolidação de benefícios que podem ser atingidos por meio da realização de projetos de habitação, assim como demonstrar de que forma concretizar esse eficientemente.

Ações de criação de programas de regularização fundiária e de requalificação urbana de vilas e favelas foram observadas em algumas cidades brasileiras, até que foi instituído um instrumento federal, o Estatuto da Cidade. Uma de suas ferramentas de gestão urbana foi a inclusão das ZEIS, que devem ser reconhecidas no Plano Diretor Municipal (REIS FILHO, 2012). A possibilidade legal de estabelecer um plano específico, adequado às condições locais, reforçou a ideia de que às ZEIS agregam um referencial de qualidade ambiental na reabilitação do espaço habitado por vilas, favelas, conjuntos habitacionais com fragilidade social e infraestrutura precária e aglomerados que requerem ações de intervenção urbana, com ou sem regularização fundiária.

Figura 4- Mapeamento da região onde serão desenvolvidas as residências



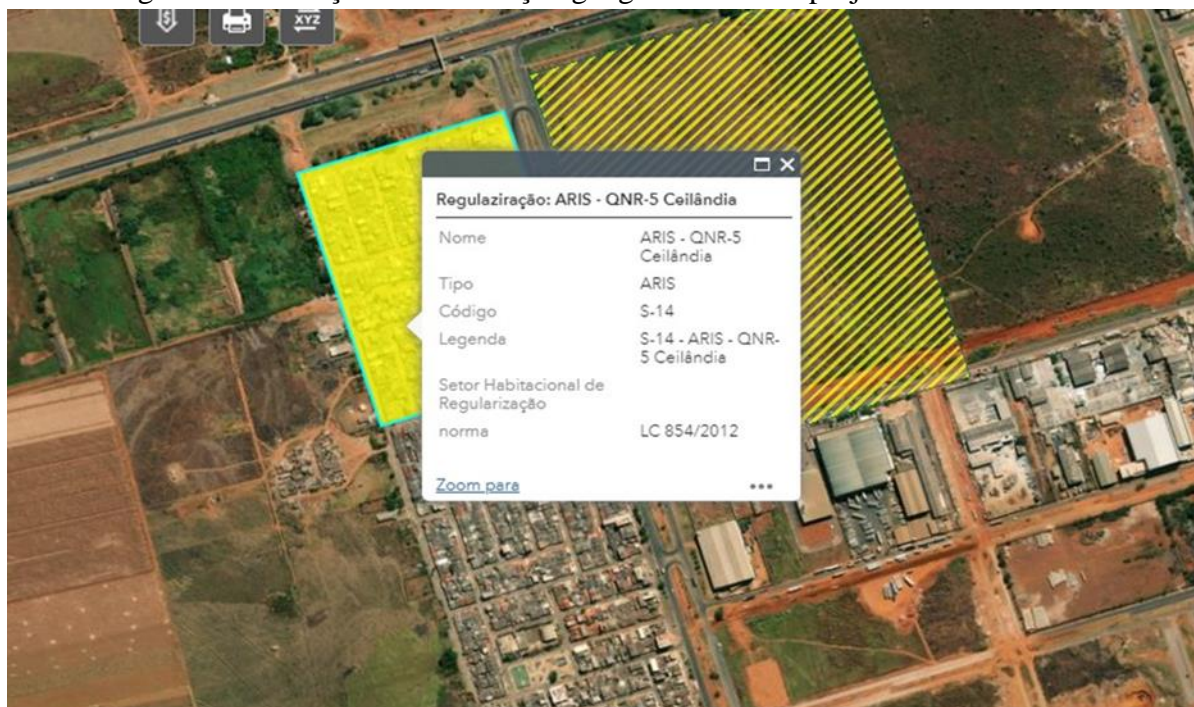
Fonte: Google Earth

Figura 5 - Mapeamento da região onde será inserida às residências.



Fonte: Google Earth

Figura 6 - Descrição da localização geográfica onde o projeto será realizado.



Fonte: Google Earth

As figuras 5 e 6 apresentam a localização geográfica de forma precisa de onde pode ser aplicado o projeto, podendo ser compreendido que o ambiente não apresenta nenhuma oposição a efetivação do projeto. Assim como, se torna um lugar positivo para tal evolução ou ainda se entrar se desenvolvimento para a sociedade.

Figura 7 - Visualização da evolução habitacional da região



Fonte: Google Earth

A figura expressa acima ressalta que o local escolhido para o projeto habitacional não tem nenhuma utilização para os cidadãos ou mesmo para a cidade, podendo ser utilizado sem problemas. Um ponto a ser observado pelos responsáveis consiste na parte de impactos ambientais, deve-se utilizar materiais com baixo impacto ou mesmo buscando promover às rotinas de construção de forma sustentável, mantendo assim as características ambientais da região.

3.1 Descrição do Projeto

O projeto Vida e Água para as Áreas de Relevante Interesse Social é uma iniciativa que busca melhorar as condições de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através do acesso à água potável. Isso é alcançado por meio da instalação de sistemas de captação e tratamento de água da chuva, assim como de ações de conscientização sobre o uso sustentável dos recursos hídricos e de promoção da agricultura familiar. O objetivo é garantir a segurança hídrica e alimentar da população das ARIS, além de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Enquanto participante desse projeto, eu testemunhei de perto a realidade dessas comunidades e vi os desafios que as famílias enfrentam diariamente. Foi a partir de uma roda de conversa com as mães das comunidades, organizada com a ajuda do Movimento

Resistência Popular, que eu pude realmente entender a complexidade da situação e a gravidade dos problemas enfrentados por essas famílias. Como estudante da UnB, eu havia assumido que conhecia as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, mas foi somente após ouvir as histórias e as perspectivas das mães que eu realmente entendi a extensão do sofrimento e da privação de direitos que elas experimentam.

O TCC que eu desenvolvi foi um reflexo dessa experiência. Ele foi construído a partir de uma análise cuidadosa das informações e dados coletados, juntamente com a literatura existente sobre o assunto. O objetivo foi dar voz a essas mães e suas famílias, a fim de entender e destacar as complexidades da privação de direitos que eles enfrentam. O projeto Vida e Água para as Áreas de Relevante Interesse Social é uma iniciativa importante e necessária, e esperamos que ele continue a contribuir para a melhoria das condições de vida dessas comunidades.

3.2 Roda de conversa de diálogo com intervenção diretiva

Para convidar as mães para as rodas de conversa, foi realizado um trabalho de mobilização junto à comunidade local, especialmente às famílias que possuem crianças matriculadas na escola ou que residem na área de abrangência do ARIS (Área de Responsabilidade Integrada da Saúde). Foram selecionadas dez mães para participar, sendo que quatro delas participaram da primeira roda de conversa e outras cinco compareceram à segunda roda de conversa. Todas as participantes eram moradoras do ARIS e se mostraram interessadas em debater temas relacionados à educação e ao desenvolvimento de seus filhos. A escolha das mães que foram convidadas para as rodas de conversa levou em consideração a diversidade de perfis e realidades das famílias, com o objetivo de promover a participação e engajamento da comunidade na escola.

Roda de conversa 1:

Olá, boa tarde! Meu nome é Isadora. Para quem não me conhece, eu sou mãe e moradora aqui do Sol Nascente, no Trecho 2, estudante do curso de Serviço Social pela Universidade de Brasília. No meu TCC falo sobre o impacto da falta de moradia digna na primeira infância educacional. Então, como solicitei, gostaria de fazer uma roda de conversa para analisarmos o impacto da falta de moradia digna na vida de cada uma de vocês individualmente. Porque, na minha vida foi de um jeito diferente na de vocês, também, né? Eu preciso gravar. Preciso

da autorização de vocês, porque a gravação será usada para transcrever meu TCC. Vocês concordam com a gravação? Sim.

Estou no décimo terceiro semestre. O que vocês entendem sobre moradia? Nossa casa é a habitação que usamos, as quatro paredes, telhados, a moradia é a cidade, é o direito à cidade, a iluminação que chega à minha porta, o asfalto que passa em frente à minha casa. As linhas de ônibus que circulam na minha cidade e que eu uso para transitar livremente, né? O parque onde eu preciso levar meu filho para brincar...

Bom, gostaria de ouvir de vocês o que é o direito da cidade. Mas, para vocês, o direito à cidade é basicamente poder contar com serviços públicos de qualidade, como transporte e saneamento básico, encanamento das águas pluviais, transporte de qualidade, atendimento à saúde. Não precisamos ir longe para ter acesso a escolas, mas não somente isso. Esse direito engloba também poder decidir o que é melhor para o nosso bairro. Podendo andar na rua a qualquer hora, sem medo, poder fazer manifestações e festas na rua. Afinal, se construímos, fazemos parte da cidade e temos o direito de usufruí-la, né? Nosso convívio social é construído através de interações com o coletivo, tanto que, cada vez mais, estamos construindo nossos direitos como cidadãos e nos serviços que nossos espaços nos oferecem. Vamos falar um pouco sobre a creche agora. Meu filho, o Pedro, tem um ano e dez meses e foi contemplado na creche. Fui contemplada na creche com dez meses do ano passado. Na época, eu ainda não morava aqui em Sol Nascente, mas a creche era muito longe de casa. Como eu trabalhava como freelancer e ia para várias entrevistas, não tinha com quem deixar o Pedro. Peguei a vaga na creche para evitar ter que voltar para a fila e me preocupar com quem deixar meu filho nas entrevistas. Matriculei o Pedro e íamos todos os dias, não importando se fazia chuva ou sol. Este ano, eu me mudei para Sol Nascente e a creche ficou ainda mais longe. Antes, eu ia de ônibus, mas agora não tem um ônibus que chegue na creche. Então, terei que pegar um ônibus, descer na Ceilândia e caminhar o resto do caminho. Preciso pegar dois ônibus para chegar lá. Atualmente, estou desempregada e não estou levando Pedro para a creche. Mas tenho medo dele perder a vaga e eu conseguir um emprego, o que será do meu filho? Estou preocupada com o impacto da falta de moradia digna na educação do meu filho.

Gostaria passar a palavra para vocês, para saber o que está impactando na vida de vocês. Se é por não irem para a creche ou porque é longe demais. Por que vocês optaram por não deixar o filho de vocês na creche? Quem quiser falar, por favor, levante a mão que eu passo a palavra. Educação infantil é um ciclo anterior ao ensino fundamental. Não é obrigatório, mas a partir dos 6 anos é quando se inicia. Aqueles que frequentam a educação infantil são naturalmente bem novos, com pais que precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos, então recorrem à creche. Alguma mãe gostaria de falar sobre o impacto na vida de vocês? Olá, gente, boa tarde, tudo bem? Meu nome é Laís. Eu também tenho um filho que foi contemplado na creche. É quase a mesma questão da sua. Eu moro aqui no Sol Nascente, abaixo feira do produtor, e acreditem, ele foi contemplado lá na Ceilândia norte, na CC1 e aí também ficou muito contra mão para mim, graças a Deus que eu tenho o auxílio, né? Eu pago uma van para ele, mas também já é uma despesa, né? Porque não é barato. Então, assim, há muitas coisas que são difíceis, né? E eu também tenho medo de pedir na creche para mudá-lo ou então deixá-lo. Porque assim, minha questão é a mesma que a sua, arrumar um emprego e com quem deixá-lo. Minha mãe também já é tipo assim, doente, né? Ela tem seus problemas. E eu não gosto muito de deixá-lo com ela, é meu filho, entende? Então, eu sempre o deixo ir para a

creche, tanto na chuva ou sol, frio ou não, ele acorda às 6 horas da manhã para ir para creche é isso que eu queria falar.

Obrigada pela sua contribuição, Laís. você atualmente não está trabalhando, não é? Faz bicos. Como é?

Então, eu faço bicos, né? Aham, minha mãe tem uma lojinha de caldos, vende camisas e . E aí, como ela tem problemas de saúde e não pode pegar peso. Então eu trabalho para ela e recentemente, tive uma bebezinha de um mês de idade (na verdade, ela acabou de fazer 2 meses no dia 28). Com apenas 20 dias após o nascimento dela, eu já voltei a trabalhar. O lugar é alugado, e minha mãe disse que não poderia ficar fechado. Pois poderíamos perder clientes. eles poderiam pensar que fechamos de vez. Deixo minha filha com minha cunhada, irmã do meu marido, das 17h30 às 22h30, que é o horário de funcionamento. Eu também pretendo colocá-la na creche. Então, com o novo auxílio meu filho e minha filha aqui, tenho mais uma ajuda. Pretendo colocá-la na creche quando ela tiver 5 meses, para que eu possa me concentrar em procurar emprego.

A gente entende você falou que mora abaixo da feira do produtor, não é? Aham, eu não conheço muito aqui. Mas você poderia falar um pouquinho do transporte como é o transporte? Aí é fácil a parada, porque a minha aqui é bem longe. Eu tenho que subir uma Serra enorme pra conseguir pegar um ônibus e depende do lugar, aqui não tem ônibus para todo lugar. Então? É, é assim, graças a Deus, Acho que aqui é o trecho 3 ou 1, que eu não me engano, é. Também essas partes são zonas. eu moro perto da parada e é boa, sim. É? É perto da minha casa. Estamos bem e tem escola também, E postos de saúde? também. Ai, gente, tá diferente, você está lindo que eu moro aqui tudo é pertinho, né? É verdade perto também, né? É, é perto, é novidade pra todo mundo. Mas, pô, o posto aí tem médico. O atendimento é bom, é rápido? É ótimo.

Eu morava no P Norte, né, com a minha vó. Sim, eu fui para o P norte, não é muito bom. Né? Aí por causa é que a gente tá é. É essas coisas. Toda vez que ia não existia médico, estava de atestado e coisas assim. Para nós, não é bom, agora, tô bem, minha filha. Eu comecei a frequentar esse posto daqui que é o 16. Aham. E quais foram os pontos negativos e positivos relacionada a creche? Como que eu fico? Olha, eu acho a creche muito bom. ele fica de sete e meia na creche até às cinco e meia. Ai, ele toma café da manhã, almoça, dorme e janta. Aham. Então assim também achei super rápido ele ser chamado na creche. Obrigada, Kelly, pode falar. O ponto negativo que eu acho das creches, eles não dão oportunidade para as mães que trabalham, entendi esse negócio de pontuação que para mim não tem nada a ver, tá? Porque assim você está precisando. No momento você vai lá dentro da faz a inscrição, não consegue a vaga naquele momento, porque você está precisando naquele momento, você precisa trabalhar. Se você deixar seu filho em algum lugar, aí eles. Se você tiver, é um emprego. Se você tiver uma medida protetiva, se você tiver um auxílio do governo, tudo isso conta, conta. Só assim você consegue uma vaga. Só assim você vai subindo de posição. Caso você não tenha nada disso, você não consegue, você fica com zero pontos. Foi o que aconteceu comigo. Eu fui lá, fiz a inscrição, fui na regional, só que chegou lá. Eu não trabalho. No momento eu faço artesanato para vender, mas aí eu não falei se eu estava com 01 ponto, quando a menina me perguntou bem assim, mas você não ganha dinheiro de forma alguma de nenhum jeito? Eu disse que não, eu vendo e faço artesanato. Aí ela não, então vamos fazer aqui uma declaração, como você trabalha com Artesano assim, você já vai conseguir. Então,

assim, eu acho muito errado. Acho muito errado, porque tem mãezinhas lá, tem adolescente lá que não precisa, não trabalha, entendeu? Consegue uma vaga pro seu filho? E tem mães que trabalham, que precisam, que necessitam. Não consegue, porque não ganho bolsa família, porque não tem nenhum auxílio do governo. Entendeu? Aí não consegue. Então, isso eu acho muito errado. Aí isso acontece muito. É verdade. Eu conseguia do Pedro porque o Pedro está com a pontuação baixa, não recebo nada do governo. A única pontuação que eu tinha era porque eu declarei que recebia um salário mínimo, nem isso eu recebia que eu trabalhava de freelancer. No restaurante de quinta a domingo. Mas não dá, mas aí eu declarei lá que ganha os pontos, né? Aí me falaram que eu tinha que ir no concelho tutelado, pegar uma medida protetiva. Eu fui ao conselho tutelar, falei que eu não tinha com quem deixar o menino, eles me deram a medida protetiva. Aí aumentou a pontuação dele. Ele foi chamado. É esse o ponto negativo que eu te falo, porque eu acho errado? Aham. Não tem muitas mães. Fala que não tem muitas adolescentes que não trabalha, que não precisam, entendeu? e deixam seus filhos na creche pra poder ficar batendo perna. Que é o que mais você vê e a gente mãe que precisa deixar seu filho na creche porque trabalha porque não tem com quem deixar que nem você falou mesmo. Você faz seus freelancer, então assim, hoje você tem uma vaga numa creche que é longe, não tem como você está deixando e você não pode. Você não pode fazer a troca. O que é isso? Eu perguntei lá. Nesse caso, eu fosse selecionada, minha filha fosse selecionada e depois eu poderia pedir a mudança. Não pode. Você não pode escolher, você tem que finalizar ali, eles não deixam você trocar, então fica muito difícil, então é onde eu falo, ponto negativo que eu vejo é isso porque eles deveriam priorizar as mãezinhas que trabalham. As mãezinhas que realmente precisam, entendeu? Mas é porque por conta delas, a gente perde de estar perto da casa, de estar perto do trabalho. Porque elas ocupam a vaga sem necessidades. Aham. O agente de saúde, veio aqui queria saber da saúde da minha bebê e ainda colocaram adesivo no meu portão, porque eles vão vir dar a vacina dela aqui. Em casa não precisa eu sair para ir até o posto, eles vão vim ter, entendeu? Então, esse é um ponto positivo que eu vi na saúde aqui no sol nascente. Só um momentinho, gente, já vou. Agora minha irmã vai falar que ela quer falar, boa tarde eu me chamo Jéssica aqui de sol nascente e realmente, né? A gente tem que estar se juntando manifestando, né, pra gente pedir mais creches, mais creches para as mães que realmente necessita do sol nascente, que às que têm são muito longe. A gente tem que gastar com passagem e tudo e a gente precisa realmente precisa de uma creche. Você não conseguiu nenhum dos seus filhos? Não, eu tenho um de 3 anos, só que eu não consegui. É muito complicado, né? Porque é chato, nunca tem vaga. Hellen: Eu tenho a minha que estuda lá na creche, lá é muito boa, só que é ruim, é pra levar, né? Como é muito longe, eu pago van para ela com dinheiro do auxílio, porque é muito longe, porque às vezes está muito sol quente, às vezes está chovendo, aí é muito ruim. E você acha que a creche, teve uma contribuição positiva nos movimentos da Blenda? ajudou bastante. Você conseguiu a creche Pra Ela, ela novinha ou já grande? Ela já tem 2 anos que está nessa creche. ela ficar bem. Você tem algum exemplo no que a Blenda melhorou antes e depois de entrar na creche? Sim, ela é mais avançada, mas assim aprendeu bastante as coisas. É, a gente ama, é bem carinhosa, equipada com ela, né? Porque ela usava fralda, lá eles tiraram, né, ajudou bastante. Ela gosta bastante de brincar na creche, porque quando ela a chega já fala que teve cinco refeições na creche que brincou bastante. Ela aprendeu várias coisas, aprendeu a contar, aprendeu a falar mais. A fala dela desenvolveu bastante, porque ela quais não falava.

A questão da alimentação você tem acesso ao cardápio? Acha que está bom, que precisa melhorar? Você vê que se ela se alimenta bem? Come bastante bem, aham. Laís, você levantou a tua mão. Onde o meu filho fica é maravilhoso também. Ele aprendeu bastante. Sabe, já todas as cores e ele também desenvolveu as falas, né? Porque eu achava que assim. Eu tenho uma filha de onze anos também, né? Mas ela não mora comigo. Mas pela minha filha, a minha filha falou praticamente com 1 ano. Ela falava e meu filho não, era muito difícil para falar. E agora, com 2 anos, ele se envolveu bastante. Eu acho maravilhosa a creche. Aqui só tem uma escola e um posto de saúde para todos. é muitas pessoas. Obrigada, Hellen, você que é a minha vizinha, o que você considera da falta de iluminação? Possível parquinho? Neste ponto, eu acho que é muito ruim. E as questões da chuva, que não tem contêiner e quando chove a enxurrada leva todinha para nossas portas. A falta de coleta seletiva, faz falta, não é? Sim, aham. Kelly, pode falar, olha, Isadora, eu acho a falta de iluminação na nossa rua, acredito eu também sou sua vizinha, é muito grande por um conta da segurança. nesse condomínio Brasil tem muito assalto, eu fui assaltada na virada 10 horas da manhã é complicada por não ter iluminação aqui pra baixo, e nós pagamos por essa iluminação que não temos.

Vocês acreditam que a união faz a força, nós nos unindo conseguimos conquistar nossos direitos? Acredito sim, porque aqui quando começou era só a lama e hoje já temos tudo. Nunca imaginava que no trecho 1 não teria água e esgoto.

Pois é vamos continuar com nosso grupo e nos ajudarmos quando precisarmos, Laís água e esgoto são direito, tá, direitos básicos.

Gostaria de saber de vocês o que acharam do meu trabalho, da nossa reunião. Ah eu amei, achei muito interessante saber que os impactos são diferentes para cada um de nós. Eu também amei, no começo fiquei apreensiva, pois não sabia do que se tratava e quando começamos eu estava almoçando, mas eu amei.

Muito obrigada meninas pelo feedback de vocês, já fica o convite para a segunda reunião com mais mães, para um debate maior e o convite para a minha defesa do tcc em abril.

Roda de conversa 2:

Olá meu nome é Isadora, hoje é a nossa segunda roda de conversa no dia 11 de Março a gente vai tentar ver as experiências das mães do Sol Nascente referente aos direitos que nós temos e que a falta os impactos da falta desse direito da vida dos nossos filhos nas nossas vidas escrevi esse TCC depois de vivenciar muita luta, né que nós passamos para conseguir uma creche, pavimentação um transporte para chegar na creche, a minha experiência, eu consegui, graças a Deus, uma creche para o meu filho só que ela é muito longe da minha casa, então esse ano meu filho não vai para creche, por conta disso, eu não estou trabalhando, então eu não recebo o bolsa família, não recebo nada do governo então, não tem condições de estar pagando transporte para deixar o meu filho na creche nem para estar buscando, ano passado

eu morava um pouquinho mais perto da creche a gente ia né mas agora infelizmente, eu vou ter que tomar essa decisão, de não estar levando meu filho, eu estou com muito medo dele perder a vaga mas é inviável para mim, porque eu não tô tendo nem para mim, imagine para levar e buscar meu filho, né, a creche deveria ser um facilitador, mas nessas condições tá sendo impossível, porque eu não tô conseguindo emprego e como é que eu vou pagar para manter o meu filho na creche. Eu gostaria de ouvir de vocês, se conseguiram, se não conseguiram e quem conseguiu, qual a experiência que vocês tiveram?

A minha experiência foi maravilhosa e eu gostaria de estar ouvindo a de vocês a diferença de vocês não dá para falar só sobre mim, tem que ser amplo. O meu problema é que é tudo muito difícil o meu filho ele já vai fazer doze anos aqui onde a gente mora aqui embaixo tá tendo um ônibus né o ônibus público é muito longe da minha casa de qualquer forma tem que pegar o ônibus e aí tá muito difícil ele estuda na parte da manhã então para mim levar para mim buscar eu não faço nada só para ele então isso tá me complicando muito porque você disse não posso fazer nada durante a parte da manhã não posso fazer nada porque o ônibus que vem até aqui, ele não faz a escola do meu filho. E a escola também é muito perigosa, tenho muito medo da escola. Qual o seu nome por favor? Rosineide. Alguém mais passa por alguma coisa ou esse problema da Rosineide?

Eu posso falar? Pode. Bom eu não sei onde ela mora mas nós aqui temos um ônibus já né que leva para o 28, 26, 65,66 com muita luta e sofrimento nós conseguimos eu consegui o ano passado junto com nossa correria com a regional mostrando que eles têm direito conseguindo agora vai ser liberado mais dois ônibus, hoje nós tivemos uma reunião com a presença do Chico vigilante e o diretor da Educação do transporte também e vai ser liberado mais dois ônibus para as crianças daqui de baixo por conta dessa dificuldade porque quando chove aqui a gente não pode sair de casa as escolas aqui é muito longe muito longe o 66 é entre "mais próximo" e não é, e agora com muita dificuldade a gente conseguiu para as crianças porque não tem condições mais deles subir a pé descer a pé e nós tem esse problema aqui né porque é difícil creche então nós fala nós tem a creche que a Luiza de Paula mas não cabe ninguém apesar que eu acharia que a creche Luiza de Paula teria que atender as crianças daqui, porque infelizmente as crianças que moram mais perto de outras creches lá na QNR elas são contempladas aqui que eu acho errado, porque o certo era daqui, você contemplada aqui para facilitar para muitas mães que quer fazer uma faxina mais que recicla que trabalha com reciclagem que trabalha em casa de família e aí ela tira ele dali paga alguém para cuidar das crianças e nós estamos nessa luta aqui por causa desse ônibus. Nós só tem um ônibus não dá para atender todas as crianças, os novos são bem maior agora são 54 lugares, mas hoje nós tivemos uma notícia boa vai vir mais dois ônibus um para contemplar o 66 e outro para outras crianças daqui de baixo que também tá fora do ônibus que tem criança que não tá indo para escola por conta da distância então assim isso a gente nunca pode parar de lutar porque é complicado para criança ir para escola é complicado tá mãe trabalhar ter que levar e buscar todo dia e haja perna e força de vontade porque não é fácil não a criança desiste, imagine nós. Eu concordo com você Andreia, que devia ser regionalizado né, onde eu morava perto da minha casa tinha duas creches a do P Norte e do Setor O, aquela atrás do CAIC Anísio Teixeira e mandaram ele para uma lá na Ceilândia Centro ali atrás da praça dos direitos. Na creche do Pedro tinha uma mãe que vinha de Samambaia ela pega um ônibus e o metrô para deixar o

filho e depois volta para Samambaia todo dia essa mesma luta, eu penso assim lá não tem, acho que eles tinham que, eu não sei como é os trâmites mais devia ser regionalizado, essa é daqui então a gente vai mandar para creche daquela região não eu morar no centro da Ceilândia e mandar para Taguatinga se tem creche na Ceilândia as pessoas têm que atender as pessoas da Ceilândia, não sei devia ser regionalizado, não aleatoriamente. Assim eu ano passado foi bem tranquilo para mim, a respeito da escola meus quatro filhos estudaram o mesmo horário, tive prioridade em escolher o horário por causa que são quatro e esse ano não tá sendo fácil porque ficou dois pela manhã e dois pela tarde então eu tenho que fazer o quê, eu tenho que acordar 5:40 da manhã para arrumar dar café e subir com os dois que é o menor de cinco e a de onze anos aí eu tenho que fazer o quê totalmente ao contrário eu tenho que deixar de a onze, primeiro na escola que é mais longe um horário mais cedo e na volta deixar o mais novo na escola que fica perto de casa aí fica muito ao contrário para mim, porque quando eu volto para casa tem que fazer almoço, quando dá onze horas tem que banhar as outras duas, para poder trazer para a escola pegar os outro de manhã lá em cima pegar a outra voltar, isso é muito cansativo então assim eu vim na escola pedir para trocar a de manhã, não tem o mesmo horário da criança aí eu pedi para pegar a da de tarde e colocar tudo de manhã mesmo assim, não teve resultado estou esperando até hoje a ligação e nada. É Amanda agora eu acredito que vai melhorar para atender todos porque infelizmente tem um protocolo crianças acima de doze anos até onze anos a mãe não tem como levar criança né ela só tem direito têm direito a gente correndo atrás do ônibus a gente bloqueia a criança ela mora mais abaixo mora longe aqui onde nós mora longe distante ela tem direito ao transporte né agora as mães que mora mais próximo da parada a criança é maior que a mãe pode colocar no ônibus. Ela explicou que são verbas do governo né infelizmente a gente não consegue que a vontade da gente é que todas as crianças fossem contempladas aqui, mas infelizmente não é não, nós temos muita dificuldade aqui para essas crianças, aqui já no final da Fazendinha esses dias de chuva estava subindo na chuva essas crianças, mas não é fácil. Eu tenho duas filhas pequenas também a pequena eu também tenho que levar para escola porque o ônibus não faz a escola que ela estuda e nesse tempo de chuva é horrível né crianças na chuva na lama que aqui tem demais e é muito difícil pros bichinho irem para escola né aí com o ônibus indo para escola que eles estudam, ficaria bem melhor. E o cartão estudantil, você tentou? Minhas filhas tem uma de seis anos e a outra tem nove, aí eu não tenho nem coragem porque aí no caso são pequenas, também não adianta muita coisa porque para a gente sair daqui até chegar na parada de ônibus a lama a chuva, ela toma de conta aí entendeu aí o seu problema é mais outro direito né, é pavimentação. Aí o ônibus ele passa na esquina de casa o ônibus do governo que pega as crianças, a moça falou que eles não estão fazendo 66. A iluminação aí como é? É péssima também. A minha não tem aqui a noite passou seis horas não sai mais. Pois é igual aqui passou 6 horas da rua parece um breu. E aí onde você mora o posto de saúde é próximo? Bem distante e quando você chegar você tem que ir duas horas da manhã para ficar na fila porque só é vinte e cinco senhas, se você chegar quatro da manhã já tem um monte de gente, você não consegue, consulta, você não consegue nada, e a questão da segurança não tem. Mas a polícia chega rápido? Demora e aqui eles não vem, eles vem até ali perto do trem bom, finalzinho do asfalto dali dar uma voltinha na viatura, só pra gastar combustível, eles não fazem nada. Tem padaria tudo perto? Aqui pra gente comer pão, você tem que tá vindo do serviço passar na padaria e compra porque final de semana, você se vira com cuscuz,

porque daqui que vai na padaria, Assim tem quatro anos vai fazer cinco anos orando aqui, né então morava na Samambaia, lá eu nunca tive nenhum tipo de problema a creche era do lado de casa, também então não tinha esse problema quando ele passou para estudar mesmo também não tinha também, porque o colégio era do lado de casa aí quando eu vim para cá, minha filha aí, tudo bagunçou tudo porque não tem um asfalto só lama, lama quando não é a lama é a poeira né, o meu filho tem dermatite tópica né e a dele é no último grau mesmo, então a poeira a lama faz com que ele tenha febre ele tem todo tipo de coisa né, assim porque a dermatite ela é muito avançada né, Assim como é que eu vou falar né Ela tá no grau maior a dele né ele não sai de casa, não tem lugar, porque as quadras de futebol aqui se você só vê a gente fumando maconha, eu não tenho coragem de pegar meu filho daqui cinco horas da tarde sair com ele um pouco eu não tenho porque ele vai ver droga o pessoal usa palavras aqui é totalmente diferente não tô dizendo que aqui é um lugar ruim não de jeito nenhum, até porque é minha casa né então é meu então é bom é a minha casa, dentro da minha casa é bom, agora saindo do portão para fora a gente não tem nada aqui perto eu fui para o posto na quarta-feira eu fui duas horas da manhã quando eu cheguei lá peguei senha aí eu consegui uma consulta né agora para terça-feira só que agora eu tenho que ir de novo para poder conseguir uma consulta para o Miguel, é tudo muito difícil aqui é tudo muito diferente. meu filho passou mal eu tive que levar com urgência né atendido eu fui quando cheguei lá ele fez exame, no outro dia de manhã eu fui lá eu fui lá eu falei que ia marcar para o médico né para mostrar os exames, aí eles pegou e falou, não mas aqui talvez ele vai ser atendido acho que dois dias depois, né aí eu falei minha senhora o mesmo sintomas, Tem como vocês mandar o resultado dos exames do meu e-mail que eu faço particular na consulta particular que não é tão caro né aí ela falou não você vem aqui amanhã aí eu fui aí eu cheguei lá a mesma coisa não tá a pessoa que tem que estar aqui para poder enviar para o teu e-mail isso já tá com uma semana até hoje não consegui o e-mail as consultas os exames dele, para mim poder saber o que ele tem e tô esperando até hoje eles me ligar dizendo eles que ia ligar é muito complicado. Assim uma vez eu quase perdi o Pedro ele estava com onze meses ele pegou infecção intestinal na creche, nada parava no estômago dele, eu consegui uma consulta no hospital da Ceilândia pela manhã, o doutor então passou todos os remédios para diarreia, vômito e mesmo assim continuava com sintomas, de noite ele vomitou e caiu, foi meu desespero peguei corri para o hospital e sempre o mesmo enfermeiro, ele olhou para a cara dele e falou assim nós não estamos atendendo, aí eu o meu filho, não tá bem. Ele colocou aparelho e disse que estava tudo normal, eu discordei e ele disse, não adianta você falar fora Bolsonaro, não sei o que Lula, não vamos te atender, a diretora chefe do hospital mandou a gente para a UPA nós fomos, mesmo eu a questionando, que UPA não atende criança, Chegando lá o responsável disse que não atendiam crianças, que eu tinha que voltar para o hospital pois meu filho não estava bem, que ele não passaria daquele dia. Corremos para o HMIB com meu filho já no fim, já gelado, ele não abria o olho. Assim é uma coisa que eu não desejo para mãe nenhuma porque eu sentia que o meu filho ia morrer naquele dia, graças a Deus, nós conseguimos e hoje ele está bem. A questão de trabalho vocês trabalham fora fixado como é que vocês fazem com o filho e o trabalho, já que o filho de vocês não estudam integral né?! O Trabalhar é meio complicado né, porque assim, pelo menos para mim, é né, porque eu não tenho com quem deixar, eu faço assim às vezes, de vez em quando eu faço assim uma faxina quando eu arrumo, né, eu vou mais final de semana né, se for para ir trabalhar, porque eu não tenho com quem

deixar e como é que eu vou pagar uma pessoa para olhar o Miguel, eu tô recebendo Bolsa Família, Eu fiquei internada com o Miguel, a gente na época morava na Samambaia só que o meu irmão morava aqui no Sol Nascente, aí eu vim com o Miguel visitar ele, meu irmão né, e aí o Miguel tomou uma água daqui, eu não morava aqui ainda, e aí dessa água meu filho teve infecção intestinal quase morreu mesmo, aí eu fui para o HRAM e já internaram ele nisso, eu fiquei dois meses e eles falaram que ele estava com uma bactéria e se fosse para outro órgão ele ia morrer, Mas graças a Deus né hoje, o Miguel já vai fazer 12 anos agora meu filho tá bem só essa dermatite né também e fazer exame nele que eu fazia todo ano eu fazia a bateria de exame e hoje eu não tô conseguindo nada nem uma consulta para saber o exame. E a questão da água já chegou é gato? Já chegou, lá pra baixo não é da CAESB é gato eu acredito que seja porque a moça não paga. Mas falta com frequência ou sempre tem água? Falta demais, deixa eu ver essa semana já faltou três vezes. O esgoto também já chegou e não foi liberado? Porque na minha rua chegou só que ainda não foi liberado para uso. Na minha também a minha chegou só que ele falaram que já tá liberado para usar só que as pessoas que já tá usando, tá tudo explodindo aqui na rua aí fica fedendo. Boa tarde eu olho e às minhas meninas e olho dos outros também em casa então eu na sexta-feira já tô liberada, cuido de uma senhora de noite e faxino durante o dia então né as minhas meninas vivem comigo até sexta-feira e sexta à noite, dormem sozinha porque eu já durmo com uma senhora mas aí é aquele problema como eu estou num lugarzinho no acampamento então eu já troquei meu dia para ficar com a senhora na quinta e domingo no acampamento à noite. O acampamento é próximo a escola? Sim. O acampamento fica onde? É aqui mesmo na 115 eu não, eu não vivo nesse acampamento eu moro em uma casa e as minhas meninas estudam lá pra perto da minha casa aí pros lados da Ceilândia, então eu vejo os problemas das mulheres com esses ônibus e escolas, é sofrimento, Ahram. E a questão da coleta do lixo, chega aí na casa de vocês ou tem que subir até certo ponto e descartar? Chegam, chegam sim, mas é muito rápido, a pessoa tem que botar o lixo de noite, pois passa muito rápido durante o dia de manhã. É problemático. Não passa na minha rua, não passa, aí eu tenho que jogar no papa lixo lá em cima é distante da minha rua. Eu moro praticamente dentro de um lixão, porque o povo joga lixo quase na minha porta. A maioria vive aqui de freelance né, ou recebem bolsa. Como vocês estão vivendo com a carístia das coisas? Orando a Deus, porque o dinheiro não dá não. Não dá não, já sabe, com quatro meninos não dá nem pra começar. Não tem como é só orar a Deus. Você está com dinheiro na mão, vai lá e compra o que dá, porque supermercado mesmo não dá, só oração. É o dinheiro que tem e leva o que dá. É o dinheiro na mão pra ver o que dá pra levar e até quando dá pra sustentar. É isso. Eu sei que é terrível a vida. Vocês recebem ajuda de alguém ou suporte? Eu recebo o prato cheio. Eu também. É uma ajuda muito grande um suplementar e recebo o vale gás é o que está rendendo, porque se for só o auxílio não dá. E tem tanta gente que julga né, diz que é rios de dinheiro o auxílio, mas se realmente soubesse das histórias saberia que é necessário é uma ajuda e tanto. Isso ajuda muito. Têm gente que realmente precisam e tem gente que não tem essa ciência acha que o dinheiro dá para fazer tudo, dá pra comprar o remédio do filho que adoce quando não temos um centavo. Gente, mas é um complemento que a gente tem que complementar, porque gente dá. Eu tenho que fazer três exames particular, porque não faz no posto né, que é, eu sou cardiopata eu tenho arritmia cardíaca e aí eu tenho que fazer um exame que é um eletrocardiograma, tenho que fazer um da tireoide e tenho que da mama também minha filha, do dia que ela pediu, eu não

tenho um real para mim poder nem pesquisar onde é mais barato, onde está mais caro não tem como pesquisar aqui na benção do senhor para ver até quando vai dar para mim fazer esse exame porque é complicado, ajuda muito o dinheirinho que o governo dá porque eu acredito que a gente tem uma responsabilidade nossa né então é assim eu acho que a responsabilidade do governo é colocar asfalto é água esgoto essas coisas para ver se a gente dar uma qualidade de vida melhor para gente do nossos filhos porque eu penso é isso né mas o que eles estão dando as pessoas pensam que é rio de dinheiro não é é R\$ 200 é R\$ 400 e por aí vai indo mas ajuda demais mesmo, entendeu. Eu vou ter que dar uma saidinha porque o evento está para acabar e eu tenho que estar lá para organizar, viu. Muito obrigada. Nada tchau. Referente ao desenvolvimento das crianças de vocês que estão na creche que estão na escola, o que que vocês identificaram, desenvolve tá realmente aprendendo tem alguma dificuldade a questão da alimentação lá vocês acham que ajudam? Da minha quando ela chega uma hora lá eles almoçam né antes de vir ele toma um lanche então para mim ajuda muito e o desenvolvimento delas também eu gosto do ensino de lá, né das professoras de tudo então sobre isso eu não tenho que reclamar. Na escola do meu filho tem muitos adolescentes que vai com faca, criança entendeu eles ameaçam um ameaçando o outro disse que vai matar na escola, a minha preocupação é dobrada lá eu tenho muito medo mesmo é porque, ele não pode ficar fora da escola. Aqui temos uma crise de criança todo mundo passando mal, por conta da água e quando eu fui lá no postinho o doutor saiu agora o Daniel, falaram que estavam com esse problema aqui, os canos estouraram aí a comunidade vai remendar aí onde corre o esgoto estourado aqui as famílias que lá em cima entrava essa água contaminada nos canos de água, então nós estava sofrendo demais muita contaminação as crianças e a gente adultos também aí esses dias deu uma acalmada mas até minha família também ficou todo mundo ruim de dor de barriga com infecção intestinal aqui a gente tem dificuldade com a saúde é terrível mas a gente, não vou nem culpar eles lá equipe nossa que a equipe verde, porque eles lá eles não aguentam mais porque é muita gente para atender e não consegue eu não recebi o cartão material por conta que ela tá constando que eu não tô atendendo as minhas filhas, como a minha filha de 4 anos tá tendo acompanhamento porque ela teve internada esses dias agora, mas como que eu consigo atendimento se não tem vaga para consulta eu agora junto com os meninos que a gente está combinando quando a gente resolver essa questão do ônibus a gente vai lutar nem que o governo, alugue uma casa para atender a nossa comunidade, idosos; gestante e criança porque não dá para a gente subir até lá em cima né Não dá não dá para ficar andando gestante ou mãe com menino especial, então a gente vive muitas coisas difícil além da enxurrada além da falta de luz de água de segurança além das crianças que sofrem para escola para estudar ali a gente até conseguiu o reservatório ainda não liberou para mim abastecer a gente tá vivendo dia após dia tem mães aqui que não tem o auxílio, auxílio cortado já foi no CRAS e ainda não se resolveu então que cada situação, Aí fala assim como levar um alimento digno para criança não tem como não tem como, falta, mais do que tem, a situação é difícil tudo distante aqui é posto longe escola, longe aqui é tudo longe nada que diz é do Sol nascente é no Sol nascente o CRAS o posto o restaurante, então a gente tem que se locomover não sei quantos mil quilômetros para ir atrás de algo então assim é muito complicado, é muito difícil a nossa realidade aqui é um dia após o outro. Você considera se o reservatório fosse constantemente preenchido pela Caesb melhoraria? Com certeza porque nós íamos usar pelo menos para beber, que o nosso problema é pelo menos beber, como está

dando muito problema o reservatório ia ser usado só para beber e a água do gato às outras coisas, mas pelo menos para beber, que seria mais seguro. acha que uma organização nossa seria capaz de solucionar as nossas várias demandas eu digo que a luta cada dia que a gente vai lutando nunca difícil de alcançar porque assim é igual eu falo uma questão do ônibus sempre falo para as mães enquanto me provar o não mas eu ainda vou fuçar até eu descobrir o sim, porque todo direito é nosso. Nós mora aqui embaixo tudo é mais difícil mas nós também somos seres humanos, nós também tem direito nós tem direito a água nós tem direito à luz nós tem direito de transporte nós tem direito então me mostrando o não ainda não aceito, eu acho que o sim sempre é uma luta, então acho que cada dia que for lutado, chegar no lugar certo no órgão certo ele caminhando devagar eu acho que a gente alcança sim, com certeza o sim vai ser a nossa conquista né porque você luta, pelos sim, é igual eu falo o pessoal da Regional já tá cansado do meu nome mas eu vou eu vou lá eu levo e mostro foto, vídeo, já tirei foto esses dias dos meninos subindo na chuva, na bicicleta um empurrando o outro, então assim, o não a gente vai ter mas a gente não pode desisti do sim, porque nós tem que mostrar nossa realidade, mostrar aqui ó é muito fácil eu só falar para você, eu falei você tem que fazer a reunião que eu quero que vocês, desçam nos carrão de vocês, que pra vê os buraco, vê a grota que tá quase engolindo, nossa rua desce que ai você vê a enxurrada, desce aqui para vocês ver o tanto que as crianças, tem que sair lá do plano vir aqui diretamente aqui para você ver a nossa realidade, porque eu falar uma coisa, tem que vir aqui vem aqui pessoal da Regional, não vamos lá eu quero que você vai lá, messa o cumprimento a distância que esses meninos anda, quando eles vieram ele falou assim nossa é muito longe mesmo, eu falei é longe imagina uma criança de quatro, cinco anos tem que mostrar a realidade, querem fazer reunião lá no 66 é o paraíso, lá tem asfalto, tem que descer aqui para baixo, pra ver o que a gente vive você chega aqui e ficou hororisada porque nós vive. Só vão agir quando uma criança desce lá naquela enxurrada da quadra, nesse buraco, só vai resolver quando alguém morrer ali, será que tem que morrer alguém para chegar alguém resolver vamos resolver isso aqui, vamos resolver essa enxurrada vamos resolver esse problema, vamos esperar morrer uma criança ou um adulto ou seja quem for, então a gente tem que mostrar para ele a nossa luta. A gente é invisível, nós do trecho 3 somos muito discriminados, olha pra gente e diz é baixa renda, calamidade, só por causa do lugar que moramos e não é um lugar bom não é um lugar que você pode falar e como eu gosto de morar naquele local né mas a gente mora, porque precisa e para eles a gente é invisível para eles a gente é baixa renda como é que fala calamidade que eles fala isso né, tem um benefício no Cras se você for procurar o auxílio calamidade, eu tenho um irmão com câncer na boca e a gente foi no Cras para ver se ele conseguia algum benefício e tal para pelo menos comprar os remédios que não tava dando na rede pública e eles fizeram esse auxílio para ele só que recebe só uma vez auxílio vulnerabilidade é aqui do Sol Nascente é porque eles entendem uma calamidade pode acontecer a gente pode precisar dele por conta da calamidade, mas aí na questão do seu irmão não é aquela calamidade é uma doença, não tem o remédio dele no SUS, mas ele não vai precisar só para aquele mês o remédio não é uma coisa que você vai precisar ali agora você vai precisar até em nome de Jesus você ser curado sim só que eles dão um mês, ele é r\$408 né É só um mês você pega você vai lá assistente social faz o pedido desse benefício, e aí ele recebeu também depois de três meses que eles te liga e fala que tá lá com o chequinho r\$ 408 reais aí é o calamidade.

Eu queria ver agora para a gente finalizar, eu queria saber a opinião de vocês sobre o que é ser mulher na opinião de vocês? Para mim ser mulher é você matar sem leões porque você já é discriminada por você ter nascido com uma vagina, né então para mim isso é mulher tenho muito orgulho mesmo, se eu fosse homem eu ia ser veado, eu amo ser mãe eu tenho maior orgulho de ser mãe. Então a gente já é crucificada, condenada só pelo fato de você ser mulher, para mim mulher sou eu e a minha mãe. Sandra e para vocês o que é ser mulher? Mulher é guerreira, só por ela ter um filho ela já é guerreira, eu aplaudo a mulher, só isso. Eu queria que os homens fossem iguais a nós, porque nós somos guerreiras, nós acordamos cedo, dormimos tarde, cuidamos de meninos, cuidamos de casa, cuidamos de meninos dos outros cuida dos outros, nós o tempo todo se o menino adocece nós estamos lá de pé, se os homens fossem iguais às mulheres, porque às mulheres é a mulher, por isso que foi bem desenhada pelas mãos de Deus, por que cada dia ele nos fortalece, por que tem dias que eu penso em desistir e quando eu acordo ele diz, não, é por aqui. Então ser mulher é isso é nunca desistir é persistir, pra eu ser mulher é maravilhoso. Então para mim ser mulher maravilhoso eu pelo meu pela minha vontade de todas as mulheres é mães elas deveriam bem mas não é nós não conseguimos fazer isso né com todos mas pelo menos uma palavra de alegria tentar chegar naquele pelo menos aquele trajeto um pouco mas só para ela que não é impossível que é capaz a gente pode esquecer mulher é ser isso que é uma guerreira Então para mim ter mulher é gratidão mesmo é maravilhoso. eu para mim ser mulher e mãe você nunca tem uma profissão Só Você é professora você é a doméstica da casa você é a enfermeira é a médica é tudo né e o homem não o homem ele vai ele sai para trabalhar quando ele chega à noite pronto para ele ali ele já fez tudo. Você tá entendendo aí a mãe se preocupa com filho é que faz tudo então mulher é muito guerreira e quando é mãe é três vezes mesmo guerreira porque é muito difícil e muito bom ao mesmo tempo muito gratificante né mas é isso muito obrigado Muito obrigada por essa conversa vai me ajudar bastante espero que você esteja um presente lá na minha defesa em abril vontade de transcrevendo agora nossa reunião muito obrigado por esse momento por estar disponibilizando o tempo de vocês que eu sei que não é fácil é correria filha para estar aqui falando na experiência um pouco do dia a dia de vocês tá bom você está eu mandei para o Edson não sei se ele passou para vocês que o projeto da faculdade vida ideal para as áreas mas tá fazendo uma programação no dia 25 desse mês lá na UnB que é o empoderar isso se você estiverem condições tiverem como ir levar o filho de vocês para até essa experiência de perto a gente poder se empoderar mais sabe vocês estão super novidade vai ser remoto quem não puder ir a gente se conecta também muito obrigado vou esperar vocês dia 25, quando tiver o link lá na minha defesa eu vou mandar Porque vocês estão fazendo parte disso porque não tem tempo meu TCC era só do que eu viveria porque eu vi os meus vizinhos passar algumas pessoas passarem Mas a partir do momento que vocês vem faz essa reunião comigo vocês estão fazendo parte do que as experiências de vocês vai estar naquele TCC só gratidão muito obrigada a você Eu que agradeço muito obrigada mesmo eu queria te perguntar uma coisa ainda essa nossa reunião ela tá gravada porque no WhatsApp provavelmente não vai pelo tamanho né para conseguir mandar um arquivo desse né mas eu vou tentar mandar para você tá fazendo eu queria agradecer pela UnB queria saber se vocês gostaram dessa experiência né Eu sou enxerida né. Muito obrigada a todas.

3.3 Prints da segunda reunião

Figura 1- prints da reunião remotas no Meet do dia 11/03/2023

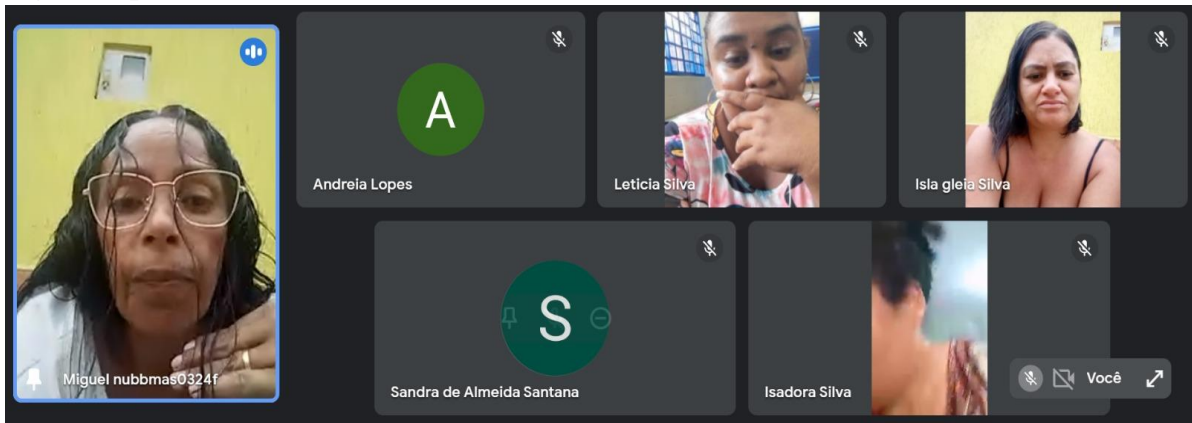


Figura 2 - prints da reunião remotas no Meet do dia 11/03/2023

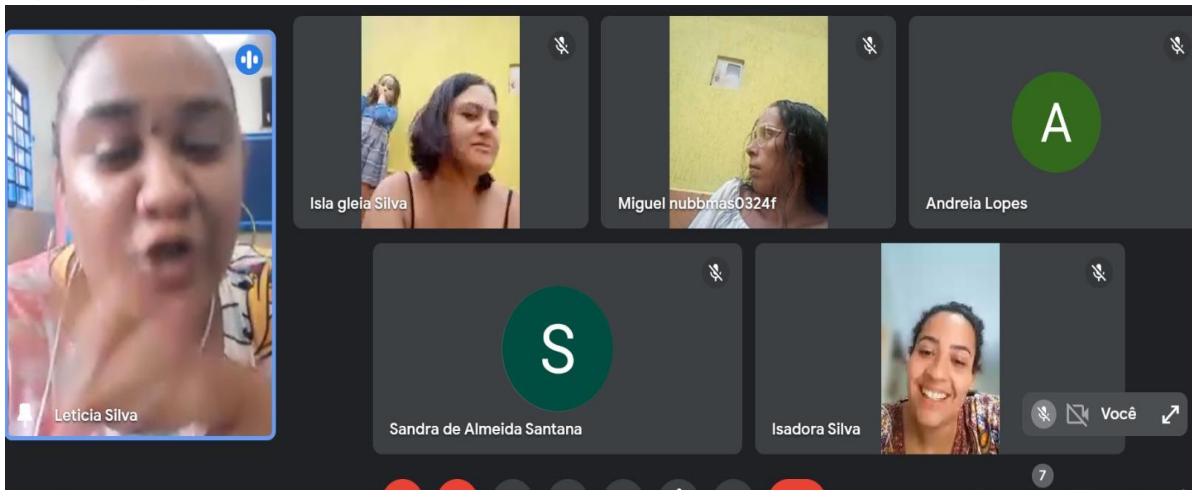
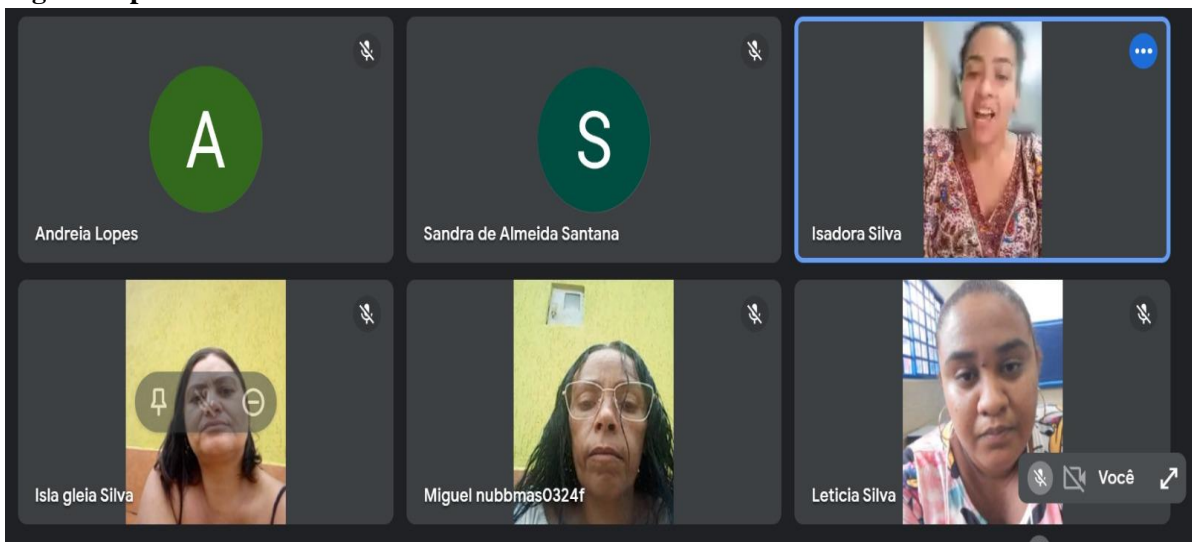


Figura 3- prints da reunião remotas no Meet do dia 11/03/2023



3.4 Síntese da análise dos diálogos

A falta de moradia digna é um problema social grave que afeta muitas pessoas em todo o mundo. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre moradia adequada de 2019, existem atualmente cerca de 1,6 bilhão de pessoas em todo o mundo vivendo em condições inadequadas, insalubres e precárias (ONU, 2019).

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem mais de 11 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, muitas das quais não têm acesso à moradia digna. Essa falta de moradia adequada afeta de forma desproporcional as mulheres, especialmente as mães solteiras e chefes de família, que muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais para encontrar e manter um lar seguro e estável para si e para seus filhos (IBGE, 2019).

Segundo o livro "Direito à moradia: desafios e perspectivas para a efetivação do direito social no Brasil", de Rafaela Ferreira Marques, a falta de moradia digna pode afetar negativamente a saúde física e mental das pessoas, bem como sua autoestima, segurança e oportunidades de emprego e educação. Além disso, a falta de moradia adequada pode contribuir para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social, o que torna ainda mais difícil para as pessoas saírem dessa situação (MARQUES, 2019).

Portanto, é importante que sejam tomadas medidas concretas para garantir que todas as pessoas tenham acesso a moradia digna e segura. Isso inclui ações do governo, como políticas públicas que promovam o acesso à moradia, bem como a conscientização e mobilização social para pressionar por mudanças significativas na forma como a moradia é tratada em nossa sociedade.

3.4.1 Análise como pesquisadora

As mães de ARIS (Áreas de Regularização de Interesse Social) muitas vezes enfrentam impactos significativos em suas vidas devido à falta de moradia digna. Elas podem enfrentar dificuldades adicionais para encontrar e manter um lar seguro e estável para si e para seus filhos, especialmente se forem mães solteiras ou chefes de família.

A falta de moradia adequada pode ter um impacto negativo na saúde física e mental das mães e de seus filhos, bem como na sua autoestima e segurança. Por exemplo, a exposição a condições precárias de moradia pode levar a doenças respiratórias, alergias, infecções e outros problemas de saúde.

Além disso, a falta de moradia adequada pode dificultar o acesso das mães e de seus filhos a oportunidades de emprego e educação. As crianças que crescem em condições precárias de moradia também podem enfrentar dificuldades de aprendizado e desenvolvimento, o que pode prejudicar seu futuro.

É importante destacar que a falta de moradia adequada muitas vezes é apenas uma das muitas dificuldades enfrentadas pelas mães de ARIS. Elas também podem enfrentar dificuldades financeiras, falta de acesso a serviços básicos, discriminação e violência doméstica, entre outras questões.

Por isso, é crucial que haja um esforço conjunto para garantir que todas as mães de ARIS tenham acesso a moradia digna e a outros direitos básicos. Isso inclui políticas públicas que promovam o acesso à moradia adequada, bem como a conscientização e mobilização social para pressionar por mudanças significativas na forma como a moradia é tratada em nossa sociedade.

4 Considerações Finais

Com base na literatura consultada, é possível concluir que a falta de moradia digna tem um impacto significativo na primeira infância educacional das crianças que vivem nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito Federal. A precariedade das condições de habitação afeta diretamente a saúde e o desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças, além de aumentar os riscos de violência e desigualdade social. A falta de infraestrutura básica, como saneamento básico e transporte adequado, também afeta a qualidade de vida das famílias, dificultando o acesso aos serviços essenciais, como a educação e a saúde. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de habitação e infraestrutura nas ARIS são fundamentais para garantir um desenvolvimento saudável e igualitário das crianças na primeira infância educacional.

Estudantes sem moradia têm menos probabilidade de se formar no ensino médio do que estudantes com moradias seguras, têm se os exemplos explícitos nas rodas de conversa, onde foi enfatizado que ambas crianças e responsáveis se cansam, da luta diária para estudar ou conseguirem atendimento nos postos de saúde. No entanto, as estimativas da magnitude da disparidade diferem muito, dependendo de várias definições comumente usadas de quais alunos “contam” como sem-teto. O uso de múltiplas definições de sem-teto complica às comparações das lacunas educacionais entre os sem-teto em todos os estados e distritos, impedindo uma compreensão completa do problema dos sem-teto em todos os estados e dificultando a pesquisa e a prática que podem ajudar a identificar soluções e políticas para apoiar estudantes com insegurança habitacional.

A consideração de duas outras formas comuns, porém mais abrangentes, de definir a situação sem moradia ilustra uma troca entre visar os alunos com maior risco de não concluírem o ensino médio e ser inclusivo. A principal distinção entre essas duas definições refere-se a como considerar os alunos que eram sem moradia, mas foram alojados: esses alunos são considerados sem-teto, mas alojados ao reconhecer o último status.

Assim como a população mundial está se tornando urbana, estamos vendo um sério declínio na assistência urbana. Mesmo quando os doadores trabalham nas cidades, não é o suficiente. Políticas bem-sucedidas devem abranger a complexidade das áreas urbanas, vendo as cidades como mais do que a soma de suas partes e respondendo ao problema multifacetado da pobreza urbana com uma abordagem holística.

A falta de moradia digna é um problema social grave que afeta muitas pessoas em todo o mundo. No entanto, como mencionado no texto, esse impacto é sentido de forma diferente na vida de cada mãe das ARIS. Isso pode ser atribuído a várias razões, como a região em que vivem, o acesso a serviços públicos, a renda familiar e outras condições sociais e econômicas.

É importante destacar que as mães das ARIS têm conhecimento de seus direitos e estão dispostas a lutar por elas. Isso demonstra uma forte consciência social e um senso de comunidade, que são essenciais para resolver problemas sociais complexos como a falta de moradia.

Ao criar um grupo de WhatsApp, as mães podem unir forças e compartilhar informações para enfrentar os desafios que enfrentam. Isso inclui orientações legais, notícias e outras informações relevantes, bem como o comprometimento mútuo para trabalhar juntas em prol de uma solução justa e duradoura para a falta de moradia.

Essa abordagem colaborativa é essencial para enfrentar problemas sociais complexos e deve ser encorajada em todas as esferas da sociedade. Com união, conscientização e ação coletiva, é possível superar a falta de moradia e garantir um futuro melhor para todas as pessoas.

Pode-se observar diante dos conteúdos apresentados que projetar o processo de urbanização passa ser um recurso importante para o desenvolvimento escolar, assim como para conceder às crianças uma oportunidade de obter boa qualidade de vida, incluindo uma moradia favorável às suas necessidades.

Referências

AFONSO, Alcília. VELOSO, Samara. Habitação de interesse social em Teresina: algumas reflexões. Teresina: EDUFPI, 2012.

AMARO, Sarita. Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. UFSC, 2021.

Atlas das ARIS e ARISI. Projeto Água e Vida para ARIS. Universidade de Brasília, 2020.

BARROCO, M. L. S. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BARBOSA, Mayra de Queiroz et. al. A demanda social pela educação, a política de educação no Brasil e a inserção do Serviço Social. 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. IEA. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável – Cadernos MCidades nº 6. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos-e-politicas/planos-nacionais/planos-nacionais-de-educacao/pne-2014-2024/at_download/file. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRÊTAS, ACP; ROSA, AS; CAVICCHIOLI, GS. Cuidado de enfermagem ao adulto em situação de rua. In: Brêtas ACP, Gamba MA. Enfermagem e saúde do adulto. Barueri: Manole; 2016.

CÂMARA, T. G.; PEREIRA, D. B. A inserção do assistente social na escola. Serviço Social em Debate, v. 18, n. 2, p. 143-155, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324347304003>. Acesso em: 06 mai. 2023.

CARVALHO, C. H. R. Dinâmica populacional e sistema de mobilidade nas metrópoles brasileiras. Brasília: Ipea, 2021. (Comunicados do Ipea, n. 102).

CARVALHO, R.E. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Editora Mediação, 2020.

CASTRO, C de M. Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade. Rio de Janeiro, 2016.

CUNHA, A. E. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2012.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2013. 94 p.

COSTA, M. S. e MACEDO, M. H. Do Planejamento de Transportes ao Planejamento da Mobilidade. Revista CETRAMA - Centro de Estudos de Transportes e Meio Ambiente, 2015, v.2, n.2, p. E1-E8.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia e educação: uma articulação possível. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/psicologia_educacao.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

DUTRA, A. S.; GONÇALVES, R. S. A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 14, p. 106-125, 2016.

FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: Intersaberes. 2013.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Exclusão, risco e vulnerabilidade: desafios para a política social; In: Gestão social o que há de novo. 2014- Volume 1- Desafios e Tendências. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2014.

FRANCISCO, W. de C. e. Populações em situação de rua. 2020.

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 87-95, jan./jun. 2013.

GILBERTO, C. PEREIRA. 2014. Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital-Observatório das Metrôpoles.

GONDIM, Monica Fiuza. Cadernos de Desenho Ciclovias. Fortaleza, 2016.

GONÇALVES, Eliana Borges Correia; PIRES, Giovana Gonçalves. A Educação Infantil na Constituição de 1988: uma conquista dos movimentos sociais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2007.

Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT. Brasília, DF: GDF, 2009. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/images/2018/PDOT_2009_LEI_4010.pdf. Acesso em: 5 mai. 2023.

Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Áreas de Reabilitação de Interesse Social - ARIS. Brasília, DF: GDF, 2020. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/component/content/article?id=295>. Acesso em: 5 mai. 2023.

HARVEY, David. A Condição da Pós-modernidade São Paulo: Edições Loyola, 2018.

KATZ, Michael. The urban "underclass" as a metaphor of social transformation. In: KATZ, M. (Ed.) The "underclass" debate. Views from history. Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 3-33.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. 2 ed. São Paulo: Editora 34. 2019.

LAHIRE, Bernard. Retratos Sociológicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LIMA, Antônia Jesuíta de. Gestão Local e Políticas Urbanas: uma experiência de urbanização de favelas em uma capital nordestina no Brasil, VI CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA, Série 514. Lisboa. 2018.

- LIMA, Miriam Torres; GOMES, Anny Kaliny Soares. A Educação Inclusiva como objeto de intervenção do assistente social. *Revista Includere*, v. 3, nº 1, 2017.
- MARICATO, E. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.
- MARICATO, E. "A questão urbana no Brasil." In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Vozes, 2000. Pág. 17-39.
- MELLO, Sylvia Leser de. Educação infantil no Brasil: avanços e desafios na última década. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 33-51, mar. 2015.
- MOLINATTI, Florencia. Segregación residencial y inserción laboral en la ciudad de Córdoba. *Eure* 39 (117): 117-145. 2013.
- MORÉ, C. L. O. O.; & CREPALDI, M. A. O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2012, 43, 84-98.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. IN: *Cenários, contradições peijas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MOURA, Ana Clara M. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano 2a. ed. Belo Horizonte: Ed. da Autora, 2015. 294 p.
- NIJIKAMP, P.; TAPPESER R.S.; *Targets for Sustainability Mobility, European Transport Policy and Sustainability*, 2020, cap.8, pp119, Spon Press.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar Edts, 2017.
- NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.
- PASCARELLA, E. T. e TERENCEZINI, P. T. *How college Affects Students: findings and insights from twenty years of research*. San Francisco: Jossey-Bass, 2021.
- PLUME – Synthesis Report on Urban Sustainability and its Appraisal, PLUME- Planning for Urban Mobility in Europe. 2013.
- REIS FILHO, A. Aderson dos. *Análise integrada por geoprocessamento da expansão urbana de Teresina com base no Estatuto da Cidade: estudo de potencialidades, restrições e conflitos de interesses*. (Tese Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2012.
- RESENDE, H. T. A. de. A presença do psicólogo na escola: história e desafios atuais. In: SISTO, F. F.; GONÇALVES, M. J. de S. (orgs.). *Psicologia escolar: novos olhares, novas práticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 21-44.
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec, 2015. 290 p. (Coleção estudos brasileiros; 37) ISBN 85-271-0668-X.
- SAVIANI, D. *Formação de Professores no Brasil: dilemas e perspectivas*. *Póiesis Pedagógica*. v. 9, n. 1, p. 07-19, .2016.
- SHAPIRA, M. F. P. *Segregação, fragmentação, sucessão: a nova geografia social de Buenos Aires*. *Novos Estudos Cebrap* 56. Cebrap: São Paulo. 2020.
- SILVA, R. dos S. *O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização*. Curitiba: Intersaberes, 2016. 261 p.

SILVA, A. M. Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos. Curitiba: Inter Saberes. 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2016. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SILVA, Roberto Rafael Dias. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, nº 121, p. 7-31, 2015.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para a reflexão sobre o espaço da Amazônia. Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia. n. 5. 2019.

UNCHS. Urban Indicators Guidelines. Monitoring the Habitat Agenda and the Millennium Development Goals. United Nations Human Settlements Programme. 2014.

VENOSA, A. R. O papel da moradia no desenvolvimento infantil: saúde física, resultados sociais, emocionais e comportamentais; escolarização, realização e realização econômica. São Paulo: Editora Atlas, 2019.